



2º SIMULADOS ESPECIAIS

# SEFAZ CE

AUDITOR-FISCAL DA  
FAZENDA ESTADUAL

Gestão Fazendária | Pós-Edital

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-CE**, cargo de **Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Gestão Fazendária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QtnAdwysUE41YVB7>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4g0eWfc>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

1. A leitura de um texto argumentativo permite concluir corretamente que a tese do autor corresponde
  - a) aos exemplos utilizados para ilustrar suas ideias.
  - b) ao ponto de vista central que ele procura defender.
  - c) às informações secundárias que complementam a discussão.
  - d) aos dados estatísticos apresentados ao longo do texto.
  - e) às conclusões formuladas pelo leitor após a leitura.
2. Está correta a redação da frase que se encontra em:
  - a) A excessão apontada pelo pesquisador não comprometeu a análise.
  - b) O privilégio de participar do projeto trouxe-lhe grande responsabilidade.
  - c) O empecilho encontrado não era tão grave quanto parecia, mas exigiu consciência dos riscos.
  - d) O pesquisador demonstrou empecilho em aceitar críticas ao trabalho.
  - e) A suscetibilidade do método justificava a cautela, mas não sua paralização.
3. O sinal indicativo de crase está empregado corretamente em:
  - a) O relatório fazia referência à determinadas práticas administrativas.
  - b) O pesquisador dirigiu-se à uma das comissões responsáveis.
  - c) O parecer foi encaminhado à diretoria antes da votação.
  - d) O estudo se refere à qualquer hipótese plausível.
  - e) A reunião ocorreu à portas fechadas.
4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
  - a) Devem haver razões consistentes para a adoção dessa medida.
  - b) Houveram inúmeras manifestações contrárias à proposta.
  - c) Fazem muitos anos que se discute esse problema.
  - d) Pode existir divergências entre os especialistas.
  - e) Não se admitem conclusões apressadas sobre tema tão complexo.
5. A redação está correta em:
  - a) O pesquisador assistiu o documentário recomendado pelos colegas.
  - b) O relatório alude questões que permanecem sem resposta.
  - c) O autor aspirava uma posição de destaque na instituição.
  - d) Os especialistas assistiram ao debate promovido pela universidade.
  - e) O diretor implicou na necessidade de novos investimentos.
6. Identifica-se voz passiva em:
  - a) Os pesquisadores analisaram cuidadosamente os resultados.
  - b) Há divergências relevantes entre os estudos consultados.
  - c) Publicaram novas diretrizes para a área educacional.
  - d) Reconhecem-se limitações importantes no método empregado.
  - e) Muitos especialistas questionaram a validade da hipótese.

7. No período:

*Embora os dados sejam consistentes, novas verificações ainda são necessárias.*

A conjunção destacada expressa ideia de

- a) concessão.
- b) causa.
- c) consequência.
- d) conclusão.
- e) condição.

8. A palavra formada por prefixação é:

- a) felicidade.
- b) livreiro.
- c) refazer.
- d) aguardente.
- e) empobrecimento.

9. Transpondo-se para o discurso indireto a frase:

*O diretor declarou: "Esta proposta exige revisão".*

obtem-se corretamente:

- a) O diretor declarou que esta proposta exige revisão.
- b) O diretor declarou que aquela proposta exigia revisão.
- c) O diretor declarou que essa proposta exigirá revisão.
- d) O diretor declarou que esta proposta exigiria revisão.
- e) O diretor declarou que aquela proposta exige revisão.

10. Há emprego de linguagem figurada em:

- a) O debate foi intenso durante toda a reunião.
- b) A proposta recebeu inúmeras críticas.
- c) O silêncio invadiu lentamente a sala.
- d) Os dados revelam uma tendência preocupante.
- e) A comissão concluiu seus trabalhos.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA

*Eduardo Mocellin*

11. Para modernizar o sistema de irrigação de sua propriedade, um produtor rural contratou dois financiamentos, ambos no regime de juros compostos. O primeiro foi tomado pelo prazo de três meses, à taxa efetiva de 3% ao mês; o segundo, pelo prazo de dez meses, à taxa de 2% ao mês. Sabe-se que o valor do segundo financiamento corresponde ao triplo do valor do primeiro e que os juros pagos nos dois contratos, somados, totalizaram 15.000 reais. Considerando  $(1,03)^3 \approx 1,09$  e  $(1,02)^{10} \approx 1,22$ , o valor total contratado nos dois financiamentos foi de

- a) R\$ 20.000,00
- b) R\$ 40.000,00
- c) R\$ 60.000,00
- d) R\$ 80.000,00
- e) R\$ 100.000,00

12. Um investidor aplicou R\$ 2.500,00 em um produto que remunera o capital à taxa de 10% ao ano com capitalização a cada segundo. Considerando as aproximações  $(1 + \frac{1}{10})^{12} \approx 3,1384$ ,  $(1 + \frac{1}{120})^{12} \approx 1,1047$ ,  $e^{1/10} \approx 1,1052$  e  $e^{1/360} \approx 1,0028$ , o montante acumulado por esse investidor ao final de 1 ano será de, aproximadamente,

- a) R\$ 2.583,50
- b) R\$ 2.761,75
- c) R\$ 2.763,00
- d) R\$ 5.263,00
- e) R\$ 7.846,00

**13.** Para adquirir uma máquina de usinagem, um empresário tomou um empréstimo a ser liquidado em 30 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a liberação do crédito. O plano de pagamento adota o sistema de amortização constante (SAC), com taxa de juros de 1% ao mês. Sabendo que a 15ª prestação é igual a 3.480 reais, o valor da última prestação é igual a

- a) R\$ 3.030,00
- b) R\$ 3.060,00
- c) R\$ 3.090,00
- d) R\$ 3.120,00
- e) R\$ 3.150,00

**14.** Ao vender um terreno, Helena financiou o pagamento ao comprador em 12 parcelas mensais de 1.200 reais, a uma taxa de juros de 5% ao mês, com a primeira parcela vencendo 1 mês após a venda. Antes do primeiro vencimento, o comprador propõe renegociar o pagamento para 18 parcelas mensais, a uma taxa de 6,2% ao mês. Considerando 0,56 e 0,34 como aproximações para  $(1,05)^{-12}$  e  $(1,062)^{-18}$ , respectivamente, para que o fluxo de recebimentos de Helena permaneça equivalente ao combinado inicialmente, o valor de cada nova parcela deverá ser

- a) inferior a 600 reais.
- b) superior a 600 reais e inferior a 800 reais.
- c) superior a 800 reais e inferior a 1.000 reais.
- d) superior a 1.000 reais e inferior a 1.200 reais.
- e) superior a 1.200 reais.

## ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

*Carlos Henrique*

**15.** Simone Rutherford, secretária estadual do SEFAZ CE, solicitou à auditora Stephanie, uma análise sobre o tempo (em dias) de 5.460 atendimentos ao público. Stephanie utilizou um boxplot e um histograma, e chegou às seguintes conclusões:

- a mediana dos atendimentos é maior que a média aritmética;
- há presença de valores extremos inferiores;
- o coeficiente de curtose estimado é muito maior que 3;
- a maioria das observações concentra-se próxima ao terceiro quartil.

Com base nessas informações, Stephanie concluiu distribuição dos atendimentos é:

- a) simétrica, com distribuição platicúrtica e presença de outliers
- b) multimodal, mesocúrtica e com presença de outliers inferiores
- c) assimétrica à direita, leptocúrtica, com presença de outliers superiores
- d) simétrica, platicúrtica, com concentração nos extremos
- e) com assimetria negativa, leptocúrtica e com presença de outliers inferiores

**16.** Um órgão do SEFAZ CE contém 20 servidores, dos quais 5 são economistas. José, o estatístico desse órgão, selecionou aleatoriamente 6 servidores do órgão sem reposição. Seja  $K$  o número de servidores economistas na amostra. O valor da variância de  $K$ , nessa distribuição, é:

- a) 25/76
- b) 63/76
- c) 73/76
- d) 59/76
- e) 32/76

**17.** Em um órgão do SEFAZ CE, o tempo médio de resolução de processos segue uma distribuição normal com média de 40 dias e desvio padrão de 6 dias. A probabilidade de que um atendimento dure entre 34 e 49 dias, aproximadamente, é:

Tabela de Distribuição Normal (Valores acumulados  $P(Z < z)$ ):

$z$	$P(Z < z)$
-1,5	0,0668
-1,0	0,1587
0,0	0,5000
1,0	0,8413
1,5	0,9332
2,0	0,9772

- a) 0,77
- b) 0,63
- c) 0,57
- d) 0,45
- e) 0,83

Utilize a informação a seguir para resolver as questões **18** e **19**.

Em um encontro de servidores do SEFAZ CE, escolheu-se uma pequena amostra com 6 auditores e 4 analistas.

**18.** Uma comissão com 4 servidores, sendo 2 auditores e 2 analistas será utilizada. De quantas maneiras, pode-se montar essa comissão?

- a) 72
- b) 85
- c) 90
- d) 120
- e) 240

**19.** Escolhendo-se uma comissão com 3 servidores, qual é a probabilidade de que haja mais auditores que analistas?

- a)  $\frac{1}{2}$
- b)  $\frac{2}{3}$
- c)  $\frac{1}{5}$
- d)  $\frac{4}{7}$
- e)  $\frac{2}{9}$

**20.** Cinco auditores do SEFAZ CE (Ana, Bruno, Carlos, Daniela e Eduardo) serão distribuídos em cinco municípios distintos (A, B, C, D e E), um auditor por município.

Sabe-se que:

- Ana não pode ir para A nem para D.
- Bruno deve ficar em município imediatamente anterior ao de Carlos, considerando a ordem A-B-C-D-E.
- Daniela não pode ficar em C.
- Eduardo deve ficar em município posterior ao de Ana.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) Ana pode ficar em E.
- b) Carlos pode ficar em B.
- c) Eduardo pode ficar em A.
- d) Daniela necessariamente ficará em E.
- e) Bruno não pode ficar em C.

O enunciado a seguir, refere-se às questões **21** e **22**.

Helen, uma auditora do SEFAZ CE, realizou uma pesquisa, entre os auditores, sobre hábitos de beber sucos de 300 auditores, e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de limão;
- 100 gostam de cajá;
- 80 gostam de morango;
- 50 gostam de limão e cajá;
- 40 gostam de limão e morango;
- 30 gostam de cajá e morango;
- 20 gostam dos três.

**21.** O número de auditores que não gostam de nenhum dos sucos listados acima é igual a:

- a) 70
- b) 80
- c) 90
- d) 100
- e) 120

**22.** Helen escolheu aleatoriamente quatro auditores dentre os que gostam SOMENTE de sucos de limão e cajá. Desse modo, de quantas maneiras Helen pode fazer a escolha?

- a) 27.405
- b) 27.505
- c) 27.605
- d) 27.705
- e) 27.805

## ADMINISTRAÇÃO

*Stefan Fantini*

**23.** Associe cada modelo de Administração Pública apresentado na **Coluna I** à característica correspondente indicada na **Coluna II**.

### Coluna I

- I. Administração Patrimonialista
- II. Administração Burocrática
- III. Administração Gerencial

### Coluna II

- ( ) Existência de confusão entre a coisa pública e a coisa privada.
- ( ) Orientação para resultados e flexibilização.
- ( ) Foco no controle dos processos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, na ordem em que aparecem os itens da Coluna II.

- a) II, I, III
- b) III, II, I
- c) I, III, II
- d) I, II, III
- e) III, I, II

**24.** De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, a atuação estatal pode ser dividida em quatro setores: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado.

Nesse contexto, as agências reguladoras são enquadradas no setor:

- a) da produção de bens e serviços para o mercado
- b) do núcleo estratégico
- c) dos serviços não exclusivos
- d) das atividades exclusivas
- e) do setor concorrencial

25. No contexto do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado na década de 1990, a transferência de serviços públicos não exclusivos de Estado para entidades privadas sem fins lucrativos recebe o nome de:

- a) governança
- b) desestatização
- c) privatização
- d) publicização
- e) governabilidade

26. O modelo de gestão que confere ao gestor público maior margem de autonomia e flexibilidade na atuação administrativa é denominado:

- a) Administração Clássica.
- b) Burocrático.
- c) Patrimonialista.
- d) Gestão para Resultados.
- e) Organização Formal.

27. O instrumento de gestão pública por meio do qual a população participa da definição anual das prioridades de investimento do governo, com recursos previstos no orçamento, é denominado:

- a) fundo municipal.
- b) parceria entre sociedade e Estado.
- c) conferência municipal.
- d) ouvidoria municipal.
- e) orçamento participativo.

## GOVERNANÇA PÚBLICA

*Douglas Schneider*

28. Os referenciais brasileiros de governança distinguem a governança da gestão e organizam instâncias internas e externas. Sobre essa distinção e essas instâncias, é correto afirmar que:

- a) governança e gestão são exercidas pelos mesmos agentes, cabendo a ambas planejar e executar as atividades operacionais da organização.
- b) as instâncias externas, como o controle externo e o controle social, substituem as instâncias internas na função de monitorar a gestão.
- c) a governança avalia, direciona e monitora a gestão, ao passo que a gestão planeja, executa e controla as ações voltadas aos objetivos.
- d) a alta administração compõe a instância operacional da governança, responsável pela execução cotidiana dos processos da organização.
- e) liderança, estratégia e controle são princípios da governança, enquanto transparência e *accountability* constituem os seus mecanismos.

29. A teoria da agência é empregada para analisar a governança no setor público, em que o gestor atua por delegação e responde a múltiplos interessados. Sobre a relação principal-agente e os *stakeholders*, é correto afirmar que:

- a) o problema de agência pressupõe a má-fé do agente, deixando de existir quando o gestor atua com probidade.
- b) a assimetria de informação entre principal e agente favorece o conflito de interesses e justifica mecanismos de monitoramento e de incentivo.
- c) no setor público há um só principal, o chefe do Executivo, não se configurando relação de agência perante o Legislativo, o controle ou os cidadãos.
- d) os custos de agência recaem sobre o agente, e não sobre o principal, sendo o monitoramento ônus suportado pelo próprio gestor.
- e) *stakeholder* e principal designam a mesma categoria, pois todo interessado na organização detém poder de delegação sobre o agente.

**30.** Os programas de integridade no setor público articulam instâncias e instrumentos para prevenir, detectar e tratar desvios. Sobre esses programas, é correto afirmar que:

- a) resumem-se à edição de código de ética, cuja observância pelos servidores supre a gestão de riscos de integridade.
- b) têm natureza reativa, atuando sobretudo na responsabilização do infrator após a consumação do dano à Administração.
- c) são de adesão facultativa e sem vínculo com a alta administração, geridos isoladamente pela área de recursos humanos.
- d) reúnem gestão de riscos de integridade, canais de denúncia, transparência e responsabilização, com caráter preventivo e apoio da alta administração.
- e) equivalem ao controle interno contábil, cuja função é certificar a regularidade das demonstrações financeiras do órgão.

**31.** O modelo das três linhas (The IIA, 2020) organiza papéis na gestão de riscos e no controle de uma organização. De acordo com esse modelo, é correto afirmar que:

- a) a primeira linha gere os riscos no dia a dia, a segunda dá suporte e monitora, e a terceira, a auditoria interna, presta avaliação independente.
- b) a auditoria interna integra a segunda linha, cabendo-lhe definir as políticas de conformidade e de controles internos.
- c) a primeira linha é exercida pelo controle externo, responsável por identificar e tratar os riscos operacionais da organização.
- d) a terceira linha responde pela execução cotidiana dos controles e pela correção direta das falhas dos processos.
- e) as três linhas devem ser exercidas por uma única unidade, a fim de concentrar a responsabilidade pela gestão de riscos.

**32.** A governança pública apoia-se em princípios que orientam a relação entre a administração e a sociedade. Sobre transparência e *accountability* na governança pública, é correto afirmar que:

- a) a transparência ativa restringe-se à publicação das peças orçamentárias, não abrangendo os resultados, os indicadores de desempenho e as decisões da gestão.
- b) a *accountability* resume-se à prestação de contas financeira aos órgãos de controle, sem dimensão de responsividade à sociedade.
- c) a participação social é incompatível com a governança, por fragilizar a autoridade decisória da alta administração.
- d) transparência e *accountability* são sinônimos, pois ambas se limitam à divulgação de dados em portais eletrônicos.
- e) a *accountability* conjuga prestação de contas, responsividade e responsabilização, e a transparência é condição para o controle social da gestão.

**ECONOMIA***Amanda Aires*

- 33.** Um governo estadual pretende aumentar a arrecadação tributária por meio da elevação de alíquotas sobre dois bens: cigarros e automóveis de luxo. Considerando que a demanda por cigarros é inelástica em relação ao preço e a demanda por automóveis de luxo é elástica, é correto afirmar que
- a) o aumento da alíquota sobre cigarros reduzirá a quantidade consumida de forma proporcionalmente maior do que o aumento do preço, reduzindo a arrecadação.
  - b) o aumento da alíquota sobre automóveis de luxo gerará uma queda percentualmente menor na quantidade demandada do que o aumento de preço, elevando a arrecadação.
  - c) o aumento da alíquota sobre cigarros tende a gerar incremento de arrecadação, pois a queda na quantidade demandada será proporcionalmente menor que o aumento do preço.
  - d) o peso morto gerado pelo imposto sobre cigarros tende a ser maior do que o gerado sobre automóveis de luxo, dado o maior número de consumidores afetados.
  - e) bens com demanda inelástica geram menor arrecadação tributária por apresentarem menor excedente do consumidor antes da tributação.

**34.** Em relação ao equilíbrio de um monopolista no curto prazo, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- a) O monopolista produz onde o preço é igual ao custo marginal, assim como ocorre na concorrência perfeita, diferindo apenas no nível de output.
- b) O monopolista maximiza lucros no ponto em que a receita marginal é igual ao custo marginal, e o preço cobrado é necessariamente superior ao custo marginal.
- c) Na presença de economias de escala, o monopólio sempre produz uma quantidade socialmente ótima, pois minimiza o custo médio da indústria.
- d) O poder de monopólio implica necessariamente que o monopolista aufera lucro econômico positivo no curto prazo.
- e) A curva de receita marginal do monopolista coincide com a curva de demanda, uma vez que ele é o único ofertante no mercado.

**35.** A tributação sobre mercadorias gera inevitavelmente uma perda de eficiência denominada peso morto (deadweight loss). Considerando os determinantes do peso morto de um imposto específico sobre um bem, é INCORRETO afirmar que

- a) quanto mais elástica a oferta, maior tende a ser o peso morto gerado pelo imposto, pois maior a redução de quantidade transacionada.
- b) quanto mais inelástica a demanda, menor é o peso morto, pois a redução da quantidade transacionada é proporcionalmente pequena.
- c) o peso morto representa transações economicamente desejáveis que deixam de ocorrer em razão do imposto, constituindo uma perda líquida de bem-estar social.
- d) bens com demanda perfeitamente inelástica não geram peso morto quando tributados, pois a quantidade transacionada permanece inalterada.
- e) impostos sobre bens com oferta perfeitamente elástica não geram peso morto, pois todo o ônus do imposto recai sobre os consumidores sem alterar a quantidade.

- 36.** A regra de Ramsey para tributação ótima sobre mercadorias estabelece um critério de eficiência para a estrutura de alíquotas. Com base nessa regra, assinale a alternativa CORRETA.
- a) A regra de Ramsey preconiza que todos os bens devem ser tributados pela mesma alíquota ad valorem, de modo a garantir equidade horizontal entre os contribuintes.
  - b) Segundo a regra de Ramsey, os bens devem ser tributados de forma que a redução proporcional nas quantidades consumidas seja igual para todos os bens, minimizando o peso morto agregado para dada arrecadação.
  - c) A aplicação da regra de Ramsey favorece a equidade distributiva, pois bens consumidos por famílias de baixa renda tendem a ter demanda elástica, recebendo alíquotas mais baixas.
  - d) A regra de Ramsey implica tributar mais pesadamente bens com demanda elástica, uma vez que isso maximiza a arrecadação com menor distorção sobre as escolhas dos consumidores.
  - e) A regra de Ramsey é equivalente à regra da capacidade contributiva, pois ambas recomendam tributar proporcionalmente à renda do consumidor.
- 37.** Um imposto específico é cobrado legalmente dos produtores em um mercado competitivo. Em relação à incidência econômica desse tributo, é correto afirmar que
- a) a incidência econômica do imposto recai integralmente sobre os produtores, por serem eles os obrigados legais ao recolhimento do tributo.
  - b) a partilha do ônus tributário entre produtores e consumidores depende exclusivamente das elasticidades relativas de oferta e demanda, independentemente de quem recolhe o imposto ao fisco.
  - c) quanto mais elástica a demanda em relação à oferta, maior a parcela do imposto suportada pelos consumidores.
  - d) com oferta perfeitamente inelástica, os consumidores absorvem todo o ônus do imposto, pois não há mecanismo de repasse ao produtor.
  - e) a incidência legal e a incidência econômica sempre coincidem quando o imposto é cobrado na fase de produção.
- 38.** Sobre os conceitos de contabilidade nacional e os agregados macroeconômicos utilizados na mensuração da renda nacional, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.
- a) O PIB nominal aumenta necessariamente quando a produção real cresce, independentemente da variação dos preços.
  - b) O deflator do PIB é calculado como a razão entre o PIB real e o PIB nominal, multiplicada por 100, e reflete a variação dos preços de uma cesta de bens fixada no ano-base.
  - c) Pela ótica da demanda, o PIB é decomposto em consumo das famílias, investimento bruto, gastos do governo em bens e serviços e exportações líquidas, sendo que as transferências governamentais não são incluídas diretamente.
  - d) O PIB real cresce sempre que o PIB nominal cresce, dado que o deflator do PIB representa apenas a variação do nível geral de preços dos bens importados.
  - e) As exportações líquidas correspondem ao valor total das exportações de bens e serviços, sem dedução das importações, compondo diretamente a demanda agregada.

- 39.** No modelo IS-LM de determinação da renda e da taxa de juros em uma economia fechada, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação CORRETA.
- a) A curva IS possui inclinação positiva porque aumentos na taxa de juros estimulam o investimento e, portanto, elevam a renda de equilíbrio.
  - b) Uma política fiscal expansionista (aumento dos gastos do governo) desloca a curva IS para a direita, tendendo a elevar tanto a renda quanto a taxa de juros de equilíbrio.
  - c) A curva LM possui inclinação negativa porque aumentos na taxa de juros reduzem a demanda por moeda para transações, exigindo menor oferta de moeda para o equilíbrio monetário.
  - d) Uma política monetária expansionista desloca a curva IS para a direita, reduzindo a taxa de juros e estimulando o investimento.
  - e) O efeito crowding out ocorre quando a política monetária expansionista eleva a taxa de juros, deslocando investimento privado.
- 40.** Sobre os conceitos de inflação e seus métodos de mensuração no Brasil, é correto afirmar que
- a) o IPCA e o IGP-M utilizam a mesma metodologia de cálculo, diferindo apenas na periodicidade de coleta dos preços.
  - b) a inflação de demanda ocorre quando choques de oferta, como aumento no preço de matérias-primas, elevam os custos de produção e pressionam os preços finais.
  - c) o deflator do PIB e o IPCA podem divergir porque o deflator abrange todos os bens e serviços produzidos internamente, enquanto o IPCA mede a variação de preços de uma cesta de consumo fixada para famílias em determinadas faixas de renda e regiões.
  - d) a correção monetária de um valor utilizando um índice de inflação consiste em multiplicar o valor original pelo índice acumulado no período, sem necessidade de deflacionar o resultado.
  - e) a inflação inercial resulta exclusivamente de déficits fiscais persistentes que forcem o governo a emitir moeda para financiar gastos, gerando excesso de demanda.
- 41.** Sobre o Balanço de Pagamentos (BP) e suas relações com a política macroeconômica, assinale a alternativa CORRETA.
- a) Um superávit na conta corrente do balanço de pagamentos implica necessariamente acúmulo de reservas internacionais pelo Banco Central, independentemente do saldo da conta financeira.
  - b) A conta de transações correntes registra, além da balança comercial, a balança de serviços e rendas, e as transferências unilaterais correntes, sendo seu saldo determinante do nível de endividamento externo líquido do país.
  - c) Sob regime de câmbio fixo, o Banco Central não precisa intervir no mercado de câmbio, pois os fluxos de capitais automaticamente equilibram o balanço de pagamentos.
  - d) A conta financeira do balanço de pagamentos registra apenas os investimentos diretos estrangeiros, excluindo transações com ativos de reserva e derivativos financeiros.
  - e) O princípio da partida dobrada garante que o balanço de pagamentos como um todo seja sempre superavitário, compensando eventuais déficits na conta corrente.

**42.** O sistema tributário pode ser utilizado como instrumento de política distributiva pelo Estado. Com base nos conceitos de progressividade, regressividade e incidência tributária, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Um imposto é considerado progressivo quando a alíquota efetiva paga pelo contribuinte decresce à medida que sua renda aumenta, redistribuindo riqueza em favor dos mais pobres.
- b) Os impostos indiretos sobre bens de consumo essencial tendem a ser regressivos porque representam parcela maior da renda das famílias de menor poder aquisitivo, que destinam proporção mais elevada da renda ao consumo.
- c) A progressividade do Imposto de Renda é suficiente para garantir que o sistema tributário brasileiro como um todo seja progressivo, neutralizando a regressividade dos tributos indiretos.
- d) A curva de Laffer demonstra que impostos progressivos são sempre ineficientes, pois reduzem o incentivo ao trabalho e ao investimento independentemente do nível de alíquota.
- e) O critério do benefício para tributação é equivalente ao critério da capacidade contributiva, pois em ambos os casos o imposto pago reflete a renda do contribuinte.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

**43.** No Estado Alfa, o Governador editou decreto dispondo sobre a estrutura da Secretaria da Fazenda. O ato extinguiu cargos vagos de Auditor Fiscal, criou novas funções de confiança com gratificação própria e reorganizou setores internos da pasta, sem aumento de despesa e sem criação ou extinção de órgãos públicos. Questionada a validade do decreto, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que ele é

- a) integralmente constitucional, pois compete ao Chefe do Poder Executivo organizar a

Administração Pública por decreto, inclusive criando funções e gratificações.

- b) integralmente inconstitucional, pois toda alteração na estrutura administrativa estadual depende de lei formal aprovada pelo Poder Legislativo.
- c) parcialmente constitucional, apenas quanto à extinção dos cargos vagos e à reorganização interna sem aumento de despesa.
- d) constitucional apenas quanto à criação das funções de confiança, pois estas se destinam exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) inconstitucional apenas quanto à extinção dos cargos vagos, pois cargo público somente pode ser extinto por lei, ainda que esteja desocupado.

**44.** Beatriz, brasileira nata, passou a residir no exterior e, após preencher os requisitos locais, adquiriu voluntariamente a nacionalidade estrangeira. Ela não formulou pedido de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente.

Nessa situação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Beatriz

- a) perdeu automaticamente a nacionalidade brasileira, por ter adquirido outra nacionalidade de forma voluntária.
- b) somente manterá a nacionalidade brasileira se comprovar que a naturalização estrangeira foi imposta como condição de permanência.
- c) poderá ter a perda da nacionalidade declarada por ato administrativo do Presidente da República, independentemente de pedido.
- d) perderá a nacionalidade brasileira, salvo se optar expressamente pela nacionalidade brasileira no prazo legal.
- e) não perdeu a nacionalidade brasileira pela mera aquisição de outra nacionalidade.

45. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, de acordo com a classificação tradicional adotada no Direito Constitucional brasileiro, é correto afirmar
- a) as normas de eficácia contida dependem de lei integrativa para produzir seus efeitos essenciais.
  - b) as normas de eficácia plena produzem todos os seus efeitos desde a entrada em vigor da Constituição.
  - c) as normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta, imediata e integral, podendo apenas ser restringidas por lei.
  - d) as normas programáticas não possuem força normativa e dependem de recepção por lei infraconstitucional.
  - e) as normas de eficácia plena são sempre direitos fundamentais, não podendo disciplinar organização estatal.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Fabiano Pereira*

46. Considerando os elementos do ato administrativo, assinale a opção **correta**.
- a) A competência, enquanto elemento do ato administrativo, possui natureza discricionária, podendo o agente público decidir livremente se irá ou não exercê-la, bem como modificar seu alcance conforme critérios de conveniência e oportunidade;
  - b) A finalidade do ato administrativo pode ser direcionada exclusivamente ao interesse particular, desde que haja justificativa formal apresentada pelo agente público e inexistência de prejuízo imediato ao interesse coletivo;
  - c) A forma do ato administrativo é, como regra geral, livre e flexível, sendo possível ao agente público escolher qualquer meio de exteriorização do ato, independentemente de previsão legal específica ou formalidades previamente estabelecidas;

- d) O motivo do ato administrativo corresponde ao conjunto de circunstâncias fáticas concretas e aos fundamentos jurídicos previstos na legislação que autorizam ou determinam a edição do ato pela Administração Pública;
- e) O objeto do ato administrativo corresponde ao efeito jurídico mediato ou secundário produzido pelo ato, estando relacionado à finalidade pública buscada pela Administração.

47. No que se refere ao poder de polícia administrativa, considerando seus atributos, finalidade, formas de atuação e limites jurídicos, assinale a opção **correta**.

- a) O poder de polícia possui natureza integralmente vinculada, não admitindo qualquer margem de discricionariedade na escolha das medidas administrativas a serem adotadas pela Administração Pública;
- b) O poder de polícia caracteriza-se pela prerrogativa conferida à Administração Pública para limitar e condicionar o exercício de direitos individuais em prol do interesse coletivo, sendo dotado dos atributos da discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade, que permitem a imposição direta de medidas administrativas;
- c) O poder de polícia é exercido exclusivamente pela União, sendo vedada a atuação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ainda que dentro de suas competências constitucionais;
- d) O poder de polícia possui atuação exclusivamente repressiva, voltada à punição de infrações já cometidas, não sendo admitida sua atuação preventiva;
- e) O poder de polícia não admite delegação em nenhuma hipótese, ainda que se trate de atividades materiais ou instrumentais de execução.

**48.** Durante a execução de obra pública no Município Gama, um caminhão pertencente à Administração Pública, conduzido por servidor no exercício regular de suas funções, sofreu falha mecânica inesperada e colidiu com o veículo de Marcos, causando-lhe expressivos danos materiais. Após apuração administrativa, constatou-se que o servidor observava todas as normas de condução e que a falha era imprevisível.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção **correta**.

- a) O Estado não responde pelos danos, pois a responsabilidade civil depende da comprovação de dolo ou culpa do agente público.
- b) O Estado responde objetivamente pelos danos causados, desde que demonstrados o dano e o nexo causal, assegurado o direito de regresso apenas se comprovados dolo ou culpa do agente.
- c) A responsabilidade do Estado é integral, não sendo admitida qualquer causa excludente ou atenuante, ainda que o evento decorra de circunstância imprevisível.
- d) A situação caracteriza culpa exclusiva da vítima, afastando integralmente a responsabilidade estatal.
- e) A reparação do dano deve ser exigida exclusivamente do servidor responsável, sendo vedada a responsabilização direta do Estado.

## **DIREITO CIVIL**

*Mário Godoy*

**49.** Com relação à invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, responsável pela adesão de qualquer das partes, for ilícito.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, assim como o negócio jurídico que se dissimulou.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, porém a ação declaratória de nulidade se submete ao prazo prescricional de 10 anos.

d) Apenas os interessados podem alegar a anulabilidade do negócio jurídico.

e) É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de erro, do dia em que o engano for descoberto pela parte que nele incorreu.

**50.** Acerca do contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço
- b) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de tradição, como por exemplo o frete, a cargo do comprador.
- c) É lícita a compra e venda entre cônjuges, tanto de bens comuns, como de bens excluídos da comunhão.
- d) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas
- e) Não pode um condômino em coisa divisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, tanto por tanto.

**51.** Com relação à sucessão dos colaterais, assinale a alternativa correta.

- a) Se a pessoa falecer deixando cônjuge, com o qual havia sido casado pelo regime da separação absoluta de bens, e irmão, a herança será deferida ao irmão.
- b) Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos e netos de irmãos pré-mortos.
- c) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
- d) Na falta de irmãos, herdarão os pais destes.
- e) Para excluir da sucessão herdeiro colateral, o testador que não tenha cônjuge, ascendente ou descendente deverá promover sua deserdação.

**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

**52.** Determinado contribuinte, mediante a inserção de elementos inexatos em guias de informação

fiscal, suprimiu o pagamento de ICMS no valor originário de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). A infração foi detectada pelo Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual competente, que lavrou o respectivo auto de infração. No âmbito penal, instaurou-se inquérito policial para apurar a conduta tipificada no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990. A defesa do contribuinte pleiteou o trancamento do inquérito invocando o princípio da insignificância (bagatela), sustentando que o valor suprimido se situa abaixo do patamar adotado pelas Cortes Superiores. Considerando o princípio da intervenção mínima, a fragmentariedade do direito penal e a jurisprudência sumulada do STF e do STJ voltada aos tributos estaduais, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da insignificância aplica-se ao caso de forma idêntica aos tributos federais, adotando-se o limite de R\$ 20.000,00 estipulado pelas Portarias do Ministério da Fazenda, acarretando a atipicidade material imediata da conduta.
- b) Nos crimes contra a ordem tributária praticados em detrimento de fisco estadual, o patamar para fins de insignificância penal deve observar o limite fixado na legislação do respectivo Estado-membro para o ajuizamento de execuções fiscais, não se aplicando compulsoriamente o parâmetro federal.
- c) A tipicidade formal e material do crime em comento depende exclusivamente da lavratura do auto de infração, sendo irrelevante o esgotamento da via administrativa, por força do princípio do impulso oficial.
- d) O princípio da fragmentariedade impede o reconhecimento da insignificância em crimes tributários de ICMS, uma vez que a arrecadação estadual possui natureza indisponível e caráter difuso.
- e) Por se tratar de crime formal, a supressão de tributo estadual torna-se típica no momento da

omissão de dados pelo contribuinte, aplicando-se o princípio da consunção para absorver a lesão patrimonial subsequente.

**53.** Carlos, brasileiro, Diretor de Planejamento Tributário de uma multinacional, viajou a negócios para o exterior. Estando temporariamente em território estrangeiro, Carlos inseriu dados falsos no sistema informatizado de controle fiscal do Estado de origem no Brasil, visando lesar o erário estadual em proveito da pessoa jurídica. A fraude foi processada e gerou a redução ilícita do ICMS devido em solo brasileiro. Descoberto o fato por Auditoria Fiscal em procedimento posterior, o Ministério Público ofereceu denúncia. Considerando o lugar do crime, a aplicação da lei penal no espaço e as regras processuais e penais brasileiras, assinale a opção correta:

- a) A lei penal brasileira não poderá ser aplicada, haja vista que os atos executórios e de inserção de dados foram integralmente perpetrados no estrangeiro, incidindo o princípio da territorialidade absoluta.
- b) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada, dependendo a aplicação da lei brasileira do ingresso físico e permanente de Carlos em território nacional, sob pena de extinção prematura da punibilidade.
- c) Aplica-se a lei penal brasileira com fulcro no princípio da ubiquidade, considerando-se praticado o crime tanto no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, quanto no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- d) O Código Penal fixa o lugar do crime adotando estritamente a teoria da atividade, o que deslocará a competência do julgamento penal para a Justiça Federal sediada em Brasília.
- e) Incide na espécie o princípio da defesa ou proteção, tornando a extraterritorialidade incondicionada por se tratar de crime praticado contra o patrimônio de autarquia ou empresa pública de Estado-membro.

54. Vanderlei, Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual, voluntariamente ingeriu expressiva quantidade de bebida alcoólica com o intuito deliberado de criar coragem para cometer o crime de excesso de exação (exigência de tributo que sabe ou deveria saber indevido) contra um comerciante local. No momento da abordagem e da prática da conduta ilícita, Vanderlei encontrava-se em estado de embriaguez completa, sem o controle pleno de suas faculdades motoras, embora tenha conseguido formalizar a exigência ilegal. Instaurado o devido processo criminal com o amparo de provas testemunhais e do flagrante, a defesa técnica do servidor público pleiteou a exclusão da culpabilidade sob o argumento de inimputabilidade por ausência de discernimento no momento do fato. Diante do regramento do Código Penal sobre imputabilidade penal e crimes contra a Administração Pública, o juiz deverá:

- a) Absolver Vanderlei propriamente, eis que a embriaguez completa, ao retirar a capacidade de entendimento e autodeterminação no momento da conduta, afasta compulsoriamente a imputabilidade penal.
- b) Desclassificar a conduta para infração meramente administrativa, visto que a falta de higidez mental completa decorrente do álcool impede a formação do dolo específico exigido nos crimes de excesso de exação.
- c) Aplicar medida de segurança substitutiva de internação compulsória, tratando a embriaguez voluntária como hipótese análoga ao desenvolvimento mental incompleto.
- d) Condenar Vanderlei, visto que a sua responsabilidade penal é preservada com base na teoria da *actio libera in causa*, que considera o momento em que o agente era livre para decidir (no ato de ingestão do álcool), configurando-se inclusive a agravante da embriaguez preordenada.
- e) Reduzir a pena de um a dois terços com amparo na semi-imputabilidade, haja vista que a embriaguez retirou parcialmente o discernimento técnico para o exercício da função pública.

## DIREITO FINANCEIRO

*Leandro Ravyelle*

55. Durante a análise do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de determinado Estado do Ceará, a equipe técnica verificou quais matérias deveriam constar desse instrumento, diferenciando-as dos demonstrativos e conteúdos próprios da Lei Orçamentária Anual.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter, entre outras previsões,

- a) demonstrativo da receita e da despesa segundo categorias econômicas, integrante do balanço orçamentário.
- b) orçamento fiscal referente aos Poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- c) demonstrativo regionalizado dos efeitos de benefícios tributários, financeiros e creditícios sobre receitas e despesas.
- d) parâmetros e limites para a elaboração das propostas orçamentárias da ALECE e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.
- e) quadro discriminativo da despesa por unidade orçamentária, programa de trabalho e natureza da despesa.

**56.** A Lei Orçamentária Anual de determinado ente público, referente ao exercício financeiro de 2026,

- a) segundo a LRF, deve conter o Anexo de Metas Fiscais, com avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior.
- b) segundo a Constituição Federal, cumpre o princípio da exclusividade ao autorizar a abertura de crédito especial com lei específica.
- c) segundo a Constituição Federal, poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- d) segundo a Lei nº 4.320/1964, cumpre o princípio da universalidade ao registrar receitas e despesas pelo valor real, deduzidas as compensações legais.
- e) segundo a Lei nº 4.320/1964, deve classificar a aquisição de veículo novo e a construção de prédio público como inversões financeiras.

**57.** Durante a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União, determinado parlamentar pretendeu destinar recursos de sua emenda individual impositiva ao município de Caucaia-CE, para aplicação em obras de infraestrutura urbana. A assessoria técnica informou que a Constituição admite a transferência direta de recursos a outros entes federativos, desde que observada a modalidade constitucional adequada e as restrições aplicáveis.

Considerando a disciplina constitucional das emendas parlamentares impositivas e das transferências especiais, assinale a alternativa correta.

- a) As emendas individuais impositivas somente podem ser executadas diretamente pela União, sendo vedada a transferência dos recursos a Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- b) As transferências especiais exigem, como regra, a celebração de convênio ou instrumento congênera entre a União e o ente beneficiado.
- c) Os recursos transferidos por emenda individual impositiva na modalidade transferência especial

pertencem ao ente beneficiado no ato da efetiva transferência financeira.

- d) A execução obrigatória das emendas individuais impede limitação de empenho, ainda que haja risco de descumprimento da meta fiscal.
- e) As transferências especiais podem ser destinadas, em caráter especial, ao pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do ente beneficiado.

**58.** De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual de determinado ente público, referente ao exercício financeiro de 2026, deverá evidenciar corretamente a previsão das receitas e a fixação das despesas segundo sua classificação econômica.

Nesse contexto, a LOA deverá apresentar

- a) as receitas orçamentárias e os ingressos extraorçamentários previstos, em razão do princípio da universalidade.
- b) as metas fiscais de resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública, por integrarem o conteúdo obrigatório da orçamentação governamental.
- c) as receitas provenientes de cauções e depósitos de terceiros como receitas correntes, por representarem ingressos financeiros nos cofres públicos.
- d) as despesas fixadas com juros e encargos da dívida classificadas como despesas correntes.
- e) autorização para abertura de créditos adicionais especiais, desde que haja indicação de fonte de recursos e justificativa.

**59.** Para responder à questão, considere as seguintes informações extraídas da execução orçamentária e financeira de uma entidade pública, referentes ao exercício financeiro de 2025. Os valores estão expressos em reais.

*Cauções e depósitos restituíveis recebidos ..... R\$ 96.000,00*

*Receita realizada de alienação de bens imóveis .... R\$ 310.000,00*

*Receita realizada de exploração do patrimônio imobiliário ..... R\$ 1.420.000,00*

*Receita realizada de cessão de direitos ..... R\$ 455.000,00*

*Receita realizada de indenizações, restituições e ressarcimentos ..... R\$ 188.000,00*

*Receita realizada de multas administrativas e contratuais ..... R\$ 64.000,00*

*Receita realizada de multas e juros de mora de receitas de capital ..... R\$ 37.000,00*

*Superávit financeiro apurado em 31/12/2024 ..... R\$ 275.000,00*

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com o MCASP 11ª edição, o impacto positivo total das receitas orçamentárias no resultado da execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2025 foi de:

- a) R\$ 2.845.000,00
- b) R\$ 2.749.000,00
- c) R\$ 2.474.000,00
- d) R\$ 2.378.000,00
- e) R\$ 2.199.000,00

**60.** Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, a SEFAZ-CE analisou diferentes dotações relacionadas a entidades públicas e privadas. Em uma delas, verificou-se a previsão de repasse, autorizado em lei, destinado à cobertura de despesas de custeio de empresa privada de caráter industrial, sem contraprestação direta em bens ou serviços ao ente concedente.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, constitui exemplo de despesa classificada como transferência corrente:

- a) aquisição de imóvel já em utilização para instalação de repartição pública.

- b) amortização do principal da dívida pública fundada.
- c) construção de nova unidade administrativa, com aquisição de equipamentos permanentes.
- d) subvenção econômica destinada à cobertura de despesas de custeio de empresa privada de caráter industrial.
- e) subscrição de ações em aumento de capital de sociedade de economia mista com objetivo comercial.

**61.** No âmbito da execução orçamentária de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda pretende repassar recursos financeiros a um Município para auxiliar na recuperação de estradas vicinais, sem que tal repasse decorra de repartição constitucional de receitas ou imposição legal.

Para fins da Lei Complementar nº 101/2000, essa entrega de recursos caracteriza

- a) transferência voluntária, por consistir na entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou de recursos destinados ao SUS.
- b) transferência constitucional obrigatória, por envolver repasse de recursos entre entes federativos para execução de política pública local.
- c) operação de crédito intergovernamental, por representar ingresso financeiro destinado à realização de despesa de capital pelo Município.
- d) transferência ao setor privado, por se destinar a beneficiários finais residentes em outro ente federado.
- e) receita extraorçamentária do Município, por não decorrer de arrecadação tributária própria.

62. O Município de Maracanaú, ao final do primeiro quadrimestre de 2026, apresentou os seguintes dados fiscais:

Receita Corrente Líquida: R\$ 800.000.000

Despesa total com pessoal do Poder Executivo: R\$ 390.000.000

Dívida consolidada: R\$ 1.950.000.000

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, o Município deverá

a) aguardar o encerramento do exercício financeiro para iniciar eventual ajuste, pois a recondução somente é exigida em bases anuais.

b) reconduzir a dívida ao respectivo limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

c) reduzir o excesso da dívida integralmente no quadrimestre seguinte, sob pena de suspensão imediata das transferências constitucionais obrigatórias.

d) ficar proibido apenas de contratar operações de crédito externas, permanecendo autorizadas as operações internas.

e) eliminar o excesso no prazo de dois quadrimestres, observando-se a regra aplicável ao limite de despesa total com pessoal.

## CONTABILIDADE GERAL

*Marcondes Fortaleza*

63. A empresa MAVIFOR S.A. comercializa relógios e adquiriu mercadorias, em 28/06/2026, nas seguintes condições:

- Valor das mercadorias: R\$ 517.500,00
- Prazo para pagamento ao fornecedor: 18 meses
- A taxa de juros implícita embutida na compra era 15% para o prazo de 18 meses

O valor dos tributos recuperáveis incluído no preço de compra era R\$ 37.500,00 e o valor dos tributos não recuperáveis era R\$ 15.000,00.

O fornecedor não faz a entrega das mercadorias e a empresa MAVIFOR S.A. contratou uma transportadora para levar as mercadorias até seu depósito, pagando à vista o valor de R\$ 11.250,00.

Em 30/06/2026, a empresa MAVIFOR S.A. vendeu 80% das mercadorias que havia adquirido em 28/06/2026 pelo valor de R\$ 525.000,00, à vista, mas concedeu um desconto comercial de 10% em função da quantidade adquirida por um cliente tradicional. A empresa pagou ainda os seguintes valores:

- R\$ 10.500,00 a título de comissão para seus vendedores.
- R\$ 3.750,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias ao seu cliente.

O lucro bruto apurado pela empresa MAVIFOR S.A., especificamente em relação a esta venda ocorrida em 30/06/2026, foi, em reais,

- a) 119.250.000.
- b) 79.500.000.
- c) 91.500.000.
- d) 133.500.000.
- e) 123.000.000.

**64.** Um equipamento industrial foi adquirido à vista pelo valor de R\$ 6.000.000,00. A aquisição ocorreu em 20/12/2025 e o equipamento entrou em operação em 01/01/2026. A empresa definiu a vida útil para o equipamento em 10 anos e o valor residual estimado para venda no final do prazo de utilização foi R\$ 900.000,00. No final do ano de 2026, a empresa revisou o valor residual estimado no final do prazo de utilização para R\$ 562.500,00, em função de grande alteração no mercado secundário por causa de aparecimento de novos equipamentos com tecnologia mais atualizada. Sabendo que a empresa calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2027 foi, em reais,

- a) 4.997.250,00
- b) 4.912.500,00
- c) 4.942.500,00
- d) 4.980.000,00
- e) 4.800.000,00

**65.** No dia 20/12/2024, uma empresa adquiriu uma máquina industrial pelo valor de R\$ 6.000.000 e efetuou o pagamento à vista. A máquina entrou em operação em 02/01/2025, a empresa definiu sua vida útil em 10 anos e o valor estimado para venda no final desse prazo de utilização foi R\$ 900.000. No final do ano de 2026, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e, para a análise, obteve os seguintes valores, em reais:

- Valor justo líquido das despesas de venda.....4.650.000
- Valor em uso.....4.875.000

Sabendo que a despesa de depreciação é calculada em função do tempo decorrido, a empresa apresentou, nas suas demonstrações contábeis de 2026:

- a) No Balanço Patrimonial de 31/12/2026, o valor contábil da máquina por R\$ 4.980.000.

- b) Na Demonstração do Resultado de 2026, uma despesa total, relacionada exclusivamente com a máquina, no valor de R\$ 615.000.
- c) No Balanço Patrimonial de 31/12/2026, o valor contábil da máquina por 4.650.000.
- d) No Balanço Patrimonial de 31/12/2026, o valor contábil da máquina por 5.490.000.
- e) Na Demonstração do Resultado de 2026, uma despesa total, relacionada exclusivamente com a máquina, no valor de R\$ 510.000.

**66.** A tabela a seguir apresenta os processos a que uma empresa está respondendo, identificando a probabilidade de perda definida pela empresa para cada um e os valores estimados a serem desembolsados. A análise e os valores se referem a 31/12/2025:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo X	R\$ 342.750	Possível
Processo Y	R\$ 179.250	Provável
Processo Z	R\$ 247.500	Remota
Processo K	R\$ 330.000	Provável
Processo M	R\$ 426.000	Possível

De acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor que deveria ser contabilizado pela empresa no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, era, em reais:

- a) 509.250.
- b) 179.250.
- c) 330.000.
- d) 1.345.500.
- e) 768.750.

67. Analisando algumas demonstrações contábeis de uma empresa, referentes ao ano de 2025, foram obtidas as seguintes informações, com valores expressos em reais:

Aumento do capital social.....	1.500.000
Distribuição de dividendos.....	375.000
Ajuste positivo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (líquido de tributos).....	225.000
Perdas na conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior.....	150.000
Ganho na alienação de ativos intangíveis.....	187.500
Lucro líquido do exercício.....	3.000.000

O valor total do resultado abrangente, apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente da empresa no ano de 2025, foi, em reais,

- a) 3.850.000
- b) 4.300.000
- c) 4.100.000
- d) 3.600.000
- e) 3.075.000

## CONTABILIDADE PÚBLICA

*Gilmar Possati*

68. Uma determinada Secretaria de Saúde adquiriu medicamentos destinados à distribuição gratuita para a população carente. No encerramento do exercício, verificou-se que o custo de aquisição desses itens foi de R\$ 100.000, enquanto o custo de reposição atual (valor que a entidade pagaria para adquirir os mesmos itens na data do balanço) era de R\$ 95.000. De acordo com a NBC TSP 04, esses estoques devem ser mensurados no Balanço Patrimonial por:

- a) R\$ 100.000, pois no setor público o custo histórico é o critério absoluto para itens de distribuição gratuita.
- b) R\$ 97.500, correspondente à média aritmética entre o custo e o valor justo.

c) R\$ 95.000, pois estoques mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo valor mais baixo entre o custo e o custo de reposição atual.

d) R\$ 100.000, uma vez que a redução no custo de reposição só deve ser reconhecida no momento da entrega efetiva ao cidadão.

e) Valor justo, independentemente do custo, visto que se trata de um ativo não monetário destinado a fins sociais.

69. No que tange aos regimes contábeis aplicados ao setor público, considerando a Lei nº 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP), é correto afirmar que:

- a) O regime orçamentário é integralmente de competência tanto para a receita quanto para a despesa.
- b) Sob a ótica patrimonial, o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva (VPD) depende sempre da execução orçamentária prévia.
- c) Para fins orçamentários, pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas.
- d) O regime patrimonial adota o critério de caixa para o reconhecimento das receitas de impostos, visando a prudência fiscal.
- e) A despesa orçamentária é reconhecida pelo regime de caixa, seguindo o princípio da anualidade do orçamento.

**70.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em classes de contas. Sobre a natureza da informação e a estrutura do PCASP, assinale a alternativa correta:

- a) As contas de natureza patrimonial compreendem as classes 1 (Ativo), 2 (Passivo) e 3 (Variações Patrimoniais Aumentativas).
- b) A classe 8 (Controles Devedores) registra os atos potenciais ativos e passivos, além dos consórcios públicos.
- c) O registro de uma previsão de receita orçamentária impacta exclusivamente contas das classes 1 e 2.
- d) As contas de Variações Patrimoniais Diminutivas pertencem à classe 4 e possuem natureza devedora.
- e) As classes 5 e 6 registram informações de natureza orçamentária, como o planejamento e a execução do orçamento.

**71.** Considere os seguintes dados extraídos da execução orçamentária de um ente público ao final do exercício de 2025:

- Previsão Atualizada da Receita: R\$ 500.000
- Receita Arrecadada: R\$ 480.000
- Dotação Atualizada da Despesa: R\$ 500.000
- Despesa Empenhada: R\$ 470.000
- Despesa Liquidada: R\$ 450.000
- Despesa Paga: R\$ 430.000

O Resultado Orçamentário do exercício, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, foi um:

- a) Déficit de R\$ 20.000.
- b) Superávit de R\$ 10.000.
- c) Superávit de R\$ 30.000.
- d) Superávit de R\$ 50.000.
- e) Déficit de R\$ 10.000.

**72.** O Município Audazes dos Pampas realizou as seguintes operações no exercício de 2024:

- 15/03/2024: Empenho de despesa com aquisição de equipamentos para laboratório no valor de R\$ 120.000.
- 20/04/2024: Liquidação da despesa acima.
- 10/05/2024: Pagamento integral da despesa.
- 30/06/2024: Recebimento e aceitação dos equipamentos.

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, qual transação afeta o resultado patrimonial do exercício de 2024?

- a) O empenho da despesa em 15/03/2024.
- b) A liquidação da despesa em 20/04/2024.
- c) O pagamento da despesa em 10/05/2024.
- d) O recebimento e aceitação dos equipamentos em 30/06/2024.
- e) Nenhuma das transações afeta o resultado patrimonial, pois todas são de natureza orçamentária.

---

**AUDITORIA**

---

*Tonyvan Carvalho*

**73.** No contexto da auditoria de demonstrações contábeis, o ceticismo profissional constitui atitude essencial a ser mantida pelo auditor durante todo o trabalho. De acordo com a NBC TA 200(R1), essa postura envolve uma mente questionadora e atenção crítica às evidências obtidas, sendo necessária para reduzir riscos inerentes ao processo de formação da conclusão de auditoria. Conforme essa norma, é correto afirmar que o ceticismo profissional exige do auditor, entre outros aspectos,

- a) presumir que os documentos e as respostas obtidas da administração são confiáveis, salvo se houver prova conclusiva em sentido contrário, de modo a preservar a objetividade dos trabalhos.
- b) manter-se alerta a evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas, bem como a informações que coloquem em dúvida a confiabilidade de documentos ou respostas utilizados como evidência.
- c) adotar postura predominantemente desconfiada em relação à administração e aos responsáveis pela governança, tratando toda divergência informacional como indício suficiente de fraude.
- d) restringir a aplicação de procedimentos adicionais às hipóteses expressamente previstas nas NBCs TA, vedada sua ampliação com fundamento em circunstâncias concretas identificadas no trabalho.
- e) evitar reavaliar premissas inicialmente adotadas no planejamento da auditoria, a fim de impedir que fatos não usuais comprometam a consistência metodológica dos procedimentos aplicados.

**74.** No que se refere à elaboração tempestiva da documentação de auditoria, conforme a NBC TA 230, assinale a alternativa correta.

- a) A documentação de auditoria pode ser elaborada apenas ao final dos trabalhos, desde que o auditor se recorde adequadamente dos procedimentos executados e das conclusões obtidas.
- b) A elaboração tempestiva da documentação de auditoria é relevante apenas para fins de arquivo, não influenciando a qualidade da auditoria nem a revisão do trabalho executado.
- c) A documentação de auditoria elaborada no momento da execução do trabalho tende a ser mais precisa e contribui para a revisão e avaliação eficazes da evidência de auditoria e das conclusões obtidas antes da finalização do relatório do auditor.
- d) A elaboração posterior da documentação de auditoria é preferível, pois permite ao auditor registrar os fatos com maior distanciamento crítico e menor influência das circunstâncias do momento.
- e) A tempestividade na elaboração da documentação de auditoria constitui recomendação de boa prática, mas não guarda relação com a suficiência e adequação da evidência de auditoria obtida.

**75.** De acordo com a NBC TA 240 (R1), que trata da responsabilidade do auditor em relação à fraude no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade principal pela prevenção e detecção de fraude é do auditor independente, cabendo à administração e aos responsáveis pela governança apenas prestar informações e documentos quando solicitados.
- b) O auditor é responsável por garantir que todas as fraudes e erros existentes nas demonstrações contábeis sejam detectados, desde que a auditoria tenha sido planejada de acordo com as normas de auditoria.
- c) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e de sua administração, enquanto o auditor busca obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes causadas por fraude ou erro.
- d) Quando a auditoria é realizada em conformidade com as normas de auditoria, elimina-se o risco de permanência de distorções relevantes não detectadas nas demonstrações contábeis.
- e) Em razão das limitações inerentes da auditoria, o auditor não possui responsabilidade quanto à identificação de distorções relevantes decorrentes de fraude, mas apenas daquelas decorrentes de erro.

**76.** Durante a execução de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade, o auditor independente identificou algumas falhas no controle interno. Após avaliar os achados, concluiu que parte dessas falhas configurava deficiência significativa, enquanto outras, embora relevantes, não alcançavam essa gravidade. Considerando o disposto na NBC TA 265, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor somente deve comunicar aos responsáveis pela governança as deficiências de controle interno que, individualmente, sejam classificadas como significativas, sendo vedada a avaliação conjunta de deficiências menos relevantes.
- b) As deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria devem ser comunicadas tempestivamente e por escrito aos responsáveis pela governança, e também à administração em nível apropriado de responsabilidade, salvo se, nas circunstâncias, não for apropriado comunicá-las diretamente à administração.
- c) As demais deficiências de controle interno, que não sejam significativas, jamais devem ser comunicadas à administração, pois não se relacionam com o objetivo da auditoria das demonstrações contábeis.
- d) A determinação da existência de deficiência significativa depende exclusivamente da manifestação formal da administração, a quem compete classificar a gravidade das falhas de controle interno identificadas pelo auditor.
- e) Uma vez identificada deficiência de controle interno, o auditor deve obrigatoriamente comunicá-la por escrito tanto à governança quanto à administração, independentemente de sua relevância ou da existência de comunicação prévia a outras partes.

**77.** No que se refere à suficiência e à adequação da evidência de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A suficiência da evidência de auditoria está relacionada à sua qualidade, enquanto a adequação se refere à quantidade de evidências obtidas pelo auditor.
- b) Quanto maior for o risco de distorção relevante avaliado pelo auditor, menor tende a ser a quantidade de evidência de auditoria necessária, desde que a evidência seja considerada adequada.
- c) A obtenção de grande volume de evidências de auditoria é suficiente para suprir eventual deficiência de qualidade dessas evidências.
- d) A suficiência e a adequação da evidência de auditoria são conceitos independentes, razão pela qual a quantidade de evidência necessária não sofre influência da qualidade da evidência obtida.
- e) A suficiência e a adequação da evidência de auditoria são conceitos inter-relacionados; a suficiência diz respeito à quantidade da evidência, sendo influenciada, entre outros fatores, pelo risco de distorção relevante e pela qualidade da evidência obtida.

**78.** Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, o auditor independente acompanhou a contagem física dos estoques realizada pela administração. No curso desse procedimento, o auditor inspecionou os itens estocados para verificar sua existência e suas condições, observou se as instruções da administração estavam sendo cumpridas e executou testes de contagem, além de buscar evidência quanto à confiabilidade dos procedimentos adotados pela entidade na contagem. Conforme a NBC TA 501, é correto afirmar que o acompanhamento da contagem física dos estoques pelo auditor

- a) constitui exclusivamente procedimento substantivo, já que sua finalidade é apenas confirmar a existência física dos estoques ao final do exercício.
- b) tem por finalidade apenas observar o processo de contagem conduzido pela administração, não abrangendo a inspeção dos estoques nem a realização de testes de contagem pelo auditor.
- c) pode envolver inspeção do estoque, observação do cumprimento das instruções da administração e obtenção de evidência sobre a confiabilidade dos procedimentos de contagem, podendo tais procedimentos servir como teste de controle ou como procedimento substantivo, a depender da avaliação de riscos e da abordagem planejada pelo auditor.
- d) é dispensável quando a entidade realiza contagem física de estoques ao menos uma vez por ano, pois a responsabilidade pela confiabilidade do inventário pertence integralmente à administração.
- e) tem como objetivo principal avaliar o sistema de controle interno da entidade, não sendo apropriado para obtenção de evidência de auditoria acerca da existência e condição dos estoques.

**79.** No contexto dos procedimentos de confirmação externa para obtenção de evidência de auditoria, considere as disposições da NBC TA 505 em conjunto com as generalizações da NBC TA 500 acerca da confiabilidade da evidência de auditoria. Assinale a alternativa correta.

- a) A evidência obtida por meio de informação verbal fornecida pela administração da entidade auditada é, em regra, mais confiável do que aquela obtida em documento eletrônico encaminhado por fonte externa independente, por refletir conhecimento direto dos fatos internos da entidade.
- b) A evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor tende a ser menos confiável do que aquela obtida por inferência, pois o julgamento profissional do auditor pode comprometer sua objetividade.
- c) A evidência de auditoria produzida internamente pela entidade sempre terá o mesmo grau de confiabilidade da evidência obtida de fonte externa, desde que ambas tratem do mesmo fato contábil.
- d) A evidência de auditoria tende a ser mais confiável quando obtida de fontes externas independentes da entidade, quando obtida diretamente pelo auditor e quando formalizada documentalmente, inclusive em meio eletrônico.
- e) A forma documental da evidência de auditoria não interfere em sua confiabilidade, pois o que realmente importa, segundo a NBC TA 500, é apenas a quantidade de evidências reunidas pelo auditor.

**80.** Durante a execução dos testes de auditoria sobre controles internos e procedimentos substantivos, o auditor independente avaliou a possibilidade de utilizar amostragem estatística ou não estatística para selecionar itens de uma população. Ao planejar a amostra, considerou também o risco de amostragem que estaria disposto a aceitar e o impacto desse fator sobre o tamanho da amostra a ser selecionada.

Conforme as disposições da NBC TA 530 (Amostragem em Auditoria), assinale a alternativa correta.

- a) A utilização de amostragem estatística é obrigatória quando o tamanho da população for elevado, sendo vedado ao auditor utilizar julgamento profissional para determinar o tamanho da amostra.
- b) O tamanho da amostra constitui o principal critério para distinguir entre amostragem estatística e não estatística, sendo a amostragem estatística caracterizada por amostras maiores.
- c) Quanto menor for o risco de amostragem que o auditor estiver disposto a aceitar, menor deverá ser o tamanho da amostra selecionada, pois isso reduz a probabilidade de erro nas conclusões.
- d) A decisão entre utilizar amostragem estatística ou não estatística depende do julgamento do auditor, sendo que o tamanho da amostra pode ser determinado tanto por fórmulas estatísticas quanto por julgamento profissional.
- e) A amostragem não estatística impede a avaliação do risco de amostragem, razão pela qual somente a amostragem estatística permite a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO TRIBUTÁRIO***Fábio Dutra*

**81.** Carlos adquiriu a totalidade do estabelecimento comercial da empresa Alfa Distribuidora Ltda. em março de 2025, passando a explorar a mesma atividade de distribuição de alimentos, com os mesmos fornecedores e a mesma carteira de clientes. Após a alienação, a empresa Alfa Distribuidora Ltda. encerrou definitivamente suas atividades e promoveu sua baixa nos órgãos competentes em abril de 2025. A Fazenda Estadual pretende cobrar de Carlos débitos de ICMS da Alfa Distribuidora Ltda., cujos fatos geradores são anteriores à alienação. Nos termos do art. 133 do CTN, Carlos:

- a) não responde pelos débitos de ICMS, pois a empresa alienante foi regularmente baixada, extinguindo-se a responsabilidade tributária com o encerramento da pessoa jurídica.
- b) responde subsidiariamente com a Alfa Distribuidora Ltda. pelos débitos de ICMS, pois a responsabilidade do adquirente é sempre subsidiária em relação ao alienante.
- c) responde integralmente pelos débitos de ICMS, pois a alienante cessou suas atividades após a alienação do estabelecimento.
- d) não responde pelos débitos de ICMS, pois a responsabilidade tributária por sucessão empresarial somente é aplicável a casos de fusão, cisão e incorporação.
- e) responde apenas pelos débitos de ICMS cujos fatos geradores ocorreram nos doze meses anteriores à data da alienação, ficando os demais excluídos da responsabilidade por sucessão.

**82.** A empresa Ômega Serviços Ltda., fundada em 2020 e optante pelo Simples Nacional, auferiu receita bruta de R\$ 5.400.000,00 no ano-calendário de 2024, superando o limite máximo de R\$ 4.800.000,00 em 12,5%. Sobre os efeitos dessa

situação, nos termos da Lei Complementar 123/2006, assinale a alternativa correta:

- a) Por ter ultrapassado o limite máximo em percentual superior a 10%, a exclusão do Simples Nacional produzirá efeitos a partir do mês seguinte ao da ocorrência do excesso.
- b) Os efeitos da exclusão somente se darão no ano-calendário subsequente, uma vez que o excesso verificado foi inferior a 20% do limite estabelecido na LC 123/2006.
- c) Por não ter ultrapassado o limite máximo em percentual superior a 30%, a exclusão do Simples Nacional produzirá efeitos a partir do ano seguinte ao da ocorrência do excesso.
- d) A exclusão retroagirá ao mês de janeiro de 2024, pois a superação do limite máximo implica nulidade das apurações realizadas no ano-calendário em que ocorreu o excesso.
- e) A exclusão produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, independentemente do percentual de excesso verificado, pois a exclusão no curso do ano somente se aplica às empresas em início de atividade.

**83.** Sobre a competência tributária e sua relação com a capacidade tributária ativa, nos termos do Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir:

- I. A competência tributária é indelegável, sendo vedado a qualquer ente federativo transferi-la a outro, mesmo que por lei.
- II. As funções de arrecadar ou fiscalizar tributos podem ser atribuídas a outra pessoa jurídica de direito público, sem que tal atribuição configure delegação de competência tributária.
- III. O não exercício da competência tributária por determinado ente implica sua transferência automática ao ente que vier a exercê-la de fato.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

**84.** Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário previstos no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo responde pelo pagamento do crédito tributário, exceto os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- b) A cobrança judicial do crédito tributário não está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento, ressalvadas as preferências estabelecidas no CTN.
- c) O crédito tributário prefere a qualquer outro, independentemente da natureza ou do tempo de constituição deste, ressalvados os créditos trabalhistas e decorrentes de acidente de trabalho.
- d) Na falência, o crédito tributário prefere ao crédito com garantia real, independentemente do valor do bem objeto da garantia, pois o privilégio fiscal é absoluto no processo falimentar.
- e) A penhora em garantia do juízo da execução fiscal equipara-se à hipótese de crédito em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, para fins de expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.

**85.** De acordo com o Código Tributário Nacional, sobre as certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativa, assinale a alternativa correta:

- a) A certidão negativa será expedida pela autoridade competente, a requerimento do interessado, no prazo máximo de trinta dias, contados da data do requerimento.
- b) A certidão positiva com efeitos de negativa somente pode ser expedida quando o crédito tributário tiver sua exigibilidade suspensa por moratória ou parcelamento, sendo inadmissível nas demais hipóteses de suspensão.
- c) O funcionário público que expedir certidão negativa com dolo ou simulação responde, pessoalmente, pelos créditos tributários e juros,

além de ficar sujeito às penalidades previstas em lei.

- d) A certidão positiva com efeitos de negativa pode ser expedida quando houver crédito tributário vencido e não pago, desde que o contribuinte comprove que ingressou com ação judicial para discutir o débito.
- e) A lei não pode exigir a prova de quitação de determinado tributo como condição para a prática de atos comerciais ou profissionais, pois tal exigência viola o princípio da livre iniciativa.

**86.** Em 20 de setembro de 2025, foi publicada lei ordinária federal majorando as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI incidentes sobre determinados produtos supérfluos. Considerando os princípios da anterioridade do exercício financeiro e nonagesimal, assinale a alternativa que indica corretamente a partir de quando a majoração poderá ser exigida:

- a) A partir de 1º de janeiro de 2026, em razão da aplicação cumulativa do princípio da anterioridade anual e do princípio nonagesimal, sendo exigível somente quando ambos os prazos forem simultaneamente cumpridos.
- b) Imediatamente após a publicação da lei, pois o IPI está dispensado de ambos os princípios da anterioridade.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2026, exclusivamente por força do princípio da anterioridade anual, sem necessidade de aguardar o prazo nonagesimal.
- d) A partir de 19 de dezembro de 2025, exclusivamente por força do prazo nonagesimal de noventa dias, uma vez que o IPI está dispensado da anterioridade anual.
- e) A partir de 1º de janeiro de 2027, pois a majoração de alíquota do IPI equivale à instituição de novo tributo, exigindo a observância de ambas as anterioridades por dois exercícios financeiros.

**87.** Sobre o domicílio tributário das pessoas naturais e das pessoas jurídicas de direito público e privado, nos termos do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas naturais podem eleger livremente qualquer domicílio tributário, sendo vedada à autoridade administrativa recusar o domicílio eleito em qualquer hipótese.
- b) Na ausência de eleição de domicílio pela pessoa jurídica de direito privado com múltiplos estabelecimentos, considera-se domicílio tributário o primeiro estabelecimento registrado pela empresa.
- c) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço, sendo desnecessária qualquer outra formalidade.
- d) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, cada repartição do ente federativo é considerada domicílio tributário autônomo, independentemente de onde se deu o fato gerador.
- e) A recusa do domicílio eleito pelo sujeito passivo pode ser realizada pela autoridade administrativa sempre que entender necessário, desde que devidamente justificada.

**88.** Considerando o Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade tributária de terceiros, analise as afirmativas:

- I. O simples inadimplemento da obrigação tributária pela pessoa jurídica não é suficiente para responsabilizar pessoalmente o sócio-gerente pelos débitos da sociedade.
- II. A dissolução irregular da sociedade autoriza o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente que exercia a administração ao tempo da dissolução.
- III. O sócio cotista que não exerceu poderes de gestão pode ser responsabilizado pelos débitos tributários

da sociedade se houver comprovação de que se beneficiou das receitas obtidas com a sonegação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas.

**89.** Sobre as modalidades de lançamento tributário previstas no Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir:

- I. No lançamento por declaração, a retificação da declaração pelo próprio declarante, com vistas a reduzir ou excluir o tributo, é admissível a qualquer tempo, mediante simples requerimento administrativo.
- II. No lançamento por homologação, o pagamento antecipado realizado pelo sujeito passivo extingue o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
- III. Na ausência de prazo fixado em lei para a homologação, o CTN estabelece que o silêncio da autoridade administrativa pelo prazo de cinco anos, contado da ocorrência do fato gerador, importa homologação tácita e extinção definitiva do crédito.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) II e III, apenas.

**90.** Sobre a imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, e sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal, analise os itens a seguir:

- I. A imunidade recíproca alcança os impostos, não se aplicando às taxas nem às contribuições de melhoria.
- II. Empresa pública que explore atividade econômica em regime de concorrência com a iniciativa privada, com intuito lucrativo, não faz jus à imunidade recíproca.
- III. Imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a entidade privada para uso próprio desta permanece imune ao IPTU.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

**91.** Sobre os regimes diferenciados de tributação do IBS e da CBS previstos na LC 214/2025, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os serviços de educação de ensino regular e os serviços de saúde humana estão sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.
- b) Os produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura estão contemplados pela redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.
- c) As atividades desportivas e os bens e serviços relacionados à soberania, à segurança nacional e à segurança cibernética estão sujeitos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS.
- d) Os medicamentos registrados na Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação estão sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS como regra geral, podendo ser contemplados com alíquota zero em razão de sua finalidade

terapêutica, conforme critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor do IBS e pelo Poder Executivo federal.

- e) Os dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência estão sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.

**92.** Sobre as causas que afetam o crédito tributário, analise os itens a seguir:

- I. O depósito do montante integral do crédito tributário, efetuado pelo sujeito passivo no curso de ação judicial, suspende a exigibilidade do crédito, mas não impede a Fazenda Pública de promover a execução fiscal simultaneamente.
- II. A concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada em outras ações judiciais que vise à suspensão da exigibilidade do crédito tributário é causa de suspensão prevista no CTN.
- III. A remissão, a compensação e o pagamento são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, diferenciando-se das causas de extinção pelo fato de não eliminarem definitivamente o vínculo obrigacional.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

**93.** Sobre as normas de administração tributária relativas à fiscalização, previstas no Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir:

- I. A legislação tributária pode conferir às autoridades administrativas poderes de fiscalização, inclusive sobre pessoas jurídicas que gozem de imunidade ou isenção tributária.
- II. Para os efeitos da legislação tributária, os comerciantes, industriais e produtores não podem se recusar a exibir livros, arquivos e documentos às autoridades fiscais com fundamento em disposições legais de sigilo profissional ou comercial.
- III. A autoridade administrativa que proceder ao exame de livros e documentos é obrigada a guardar sigilo sobre o conteúdo apurado. Por outro lado, a legislação tributária admite a divulgação de representações fiscais para fins penais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

**94.** Sobre a sujeição passiva do IBS e da CBS, os contribuintes e os responsáveis tributários, conforme a LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) São contribuintes do IBS e da CBS apenas as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade econômica de forma habitual, sendo excluídos os profissionais autônomos e as pessoas físicas que realizem operações de forma não habitual.
- b) O importador de bens materiais do exterior não é contribuinte do IBS e da CBS, enquadrando-se como responsável tributário em substituição ao exportador estrangeiro.
- c) A pessoa física que adquirir bem em leilão judicial é contribuinte do IBS e da CBS em relação a essa operação, ainda que não seja fornecedor habitual.

d) Os contribuintes do IBS e da CBS não estão sujeitos a obrigações acessórias de inscrição cadastral, sendo o cadastramento voluntário e facultativo para todos os sujeitos passivos.

e) A plataforma digital domiciliada no Brasil que intermedeia operações de fornecedores estabelecidos no exterior não possui qualquer responsabilidade tributária pelos tributos devidos nas operações realizadas por seu intermédio.

**95.** Sobre as hipóteses de não incidência do IBS e da CBS previstas na LC 214/2025, julgue os itens a seguir, assinalando V para verdadeiro e F para falso:

- ( ) O IBS e a CBS não incidem sobre o fornecimento de serviços por pessoa física em decorrência de relação de emprego com o contratante.
- ( ) A transferência de bens entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte está sujeita à incidência do IBS e da CBS, desde que acompanhada de documento fiscal eletrônico.
- ( ) Como regra, as doações sem contraprestação em benefício do doador não estão sujeitas à incidência do IBS e da CBS.

A sequência correta é:

- a) F, V, V.
- b) V, F, F.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) V, F, V.

**96.** Sobre a Contribuição de Iluminação Pública — COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, analise os itens a seguir:

- I. Os Municípios e o Distrito Federal são os entes competentes para instituir a COSIP, sendo vedada sua instituição pelos Estados.
- II. A COSIP pode ser utilizada não apenas para o custeio do serviço de iluminação pública, mas também para sua expansão, melhoria e para o financiamento de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- III. É obrigatória a cobrança da COSIP na fatura de consumo de energia elétrica, devendo constar em todas as faturas emitidas pelas distribuidoras de energia.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

**97.** De acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobre as exceções ao princípio da anterioridade tributária, assinale a alternativa correta:

- a) O IPI sujeita-se ao princípio da anterioridade anual, mas está dispensado da anterioridade nonagesimal.
- b) O IOF não se sujeita ao princípio da anterioridade anual nem ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- c) As contribuições para o financiamento da seguridade social submetem-se ao princípio da anterioridade anual, mas estão dispensadas da anterioridade nonagesimal.
- d) Os empréstimos compulsórios instituídos para investimento público urgente e de relevante interesse nacional estão dispensados de ambas as anterioridades.
- e) O ICMS está sujeito à anterioridade anual, mas dispensado da anterioridade nonagesimal.

**98.** Sobre as vedações à opção pelo regime do Simples Nacional, conforme a Lei Complementar 123/2006, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa de consumo está impedida de optar pelo Simples Nacional.
- b) A pessoa jurídica que tenha sócio domiciliado no exterior pode optar pelo Simples Nacional, desde que esse sócio não detenha mais de 30% do capital social da empresa.
- c) A pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima pode optar pelo Simples Nacional, desde que seja de capital fechado e não negocie suas ações em bolsa de valores.
- d) A pessoa jurídica que tenha sócio domiciliado no exterior está vedada de optar pelo Simples Nacional, independentemente do percentual de participação desse sócio no capital social.
- e) A pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica pode optar pelo Simples Nacional, desde que a pessoa jurídica sócia não seja também optante pelo Simples Nacional.

- 99.** Sobre as espécies tributárias previstas na Constituição Federal, no que se refere especificamente aos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa incorreta:
- a) A União pode instituir empréstimos compulsórios, mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou de guerra externa, hipótese em que não se exige observância da anterioridade anual.
  - b) A União pode instituir empréstimos compulsórios, mediante lei complementar, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, sendo obrigatória a observância da anterioridade anual.
  - c) Os recursos provenientes de empréstimo compulsório devem ser aplicados na despesa que fundamentou a sua instituição, vedada destinação diversa.
  - d) Os Estados e o Distrito Federal podem instituir empréstimos compulsórios em situações de calamidade pública regional, desde que haja autorização da União por lei complementar.
  - e) Os empréstimos compulsórios somente podem ser instituídos mediante lei complementar, não sendo admitida sua criação por lei ordinária.
- 100.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional acerca da obrigação tributária e do fato gerador, assinale a alternativa incorreta:
- a) A obrigação tributária principal tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, surgindo com a ocorrência do fato gerador.
  - b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes a denominação legal e a destinação do produto da arrecadação.
  - c) A definição legal do fato gerador deve ser interpretada levando em consideração a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes e os efeitos deles decorrentes.
  - d) A autoridade administrativa pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador, observados os procedimentos estabelecidos em lei ordinária.
  - e) O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária aplicável, impõe ao sujeito passivo a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA***Eduardo da Rocha*

**101.** A livraria e papelaria Ler é Viver, localizada em Fortaleza, realizou as seguintes operações de venda a varejo durante o mês de março:

1. Venda de agendas escolares e livros em branco simplesmente pautados.
2. Venda de leitores de livros eletrônicos (e-readers) dotados de funcionalidades acessórias, como acesso à internet e dicionário embutido.
3. Venda de livros de literatura brasileira em formato impresso.

O gerente da loja, Sr. Carlos, orientou o setor de faturamento de que o ICMS não deveria incidir sobre nenhuma dessas três operações, por se tratar de materiais voltados à educação e à leitura. Sobre a orientação do gerente, é correto afirmar que:

- a) está totalmente correta, pois todas as operações mencionadas são amparadas pela não incidência do imposto.
- b) está parcialmente correta, pois incide ICMS nas vendas de agendas e livros pautados, bem como na venda de e-readers que possuam funcionalidades acessórias.
- c) está parcialmente correta, pois não incide ICMS sobre os livros de literatura impressos e sobre os e-readers, mas o imposto incide normalmente sobre as agendas e livros em branco pautados.
- d) está incorreta, pois a não incidência alcança apenas o papel destinado à impressão de livros e periódicos, não se aplicando a nenhuma das mercadorias já finalizadas descritas no caso.
- e) está parcialmente correta, pois apenas a venda dos e-readers goza da não incidência, incidindo o imposto sobre todas as publicações em formato físico.

**102.** A Indústria Alpha, localizada no Ceará, realiza a venda de um produto contemplado por um benefício fiscal incondicionado e de caráter geral. O contador da empresa, Sr. João, orienta o setor de faturamento afirmando que a desoneração deve ser aplicada tanto à alíquota normal do ICMS quanto à parcela adicional de 2% destinada ao FECOP. Além disso, João afirma que, por se tratar de um benefício incondicionado e de caráter geral, a empresa não perderia o benefício fiscal do ICMS mesmo que o documento fiscal emitido para a operação venha a ser considerado inidôneo. Sobre a orientação do contador, assinale a opção correta:

- a) Está totalmente correta, pois a legislação garante a extensão dos benefícios ao FECOP e dispensa a idoneidade documental para benefícios gerais.
- b) Está totalmente incorreta, pois o FECOP nunca acompanha o benefício do ICMS e a idoneidade do documento é condição absoluta e irrevogável para qualquer benefício.
- c) Está parcialmente correta, pois o benefício fiscal abrange o FECOP, mas a empresa perde o benefício geral se o documento for inidôneo.
- d) Está parcialmente correta, uma vez que a exigência de documento fiscal idôneo para a efetivação do benefício realmente não se aplica aos benefícios incondicionados e de caráter geral, porém ele errou ao afirmar que a redução abrange a parcela do FECOP.
- e) Está parcialmente correta, pois a legislação garante a extensão dos benefícios ao FECOP na exata proporção da redução do ICMS, entretanto, a idoneidade documental é obrigatória para benefícios incondicionados.

**103.** A loja de móveis Móveis Lindos Ltda., localizada no Ceará, realizou a venda de um conjunto de sofás para o Sr. Marcos, pessoa física não contribuinte do ICMS e domiciliado no Estado do Piauí. No momento da compra, Marcos solicitou que os móveis fossem entregues diretamente em sua casa de praia, localizada no Estado do Rio Grande do Norte. Na mesma semana, Marcos comprou, em uma rodoviária no Ceará, uma passagem de ônibus de uma empresa de transporte interestadual para realizar o trajeto do Ceará até o Piauí. Considerando as regras de local da operação e prestação, assinale a alternativa que indica corretamente a qual Estado é devido o imposto correspondente às operações relatadas:

- a) O diferencial de alíquotas sobre os móveis é devido ao Piauí (Estado de domicílio do adquirente) e a prestação de transporte sujeita-se à tributação pela alíquota interna do Ceará.
- b) O diferencial de alíquotas sobre os móveis é devido ao Rio Grande do Norte e a prestação de transporte sujeita-se ao pagamento de diferencial de alíquotas a favor do Piauí.
- c) O diferencial de alíquotas sobre os móveis é devido ao Rio Grande do Norte, estado onde efetivamente ocorreu a entrada física, e a prestação de transporte ficará sujeita à tributação pela alíquota interna do Estado do Ceará.
- d) O imposto sobre o produto e sobre o transporte será integralmente devido ao Estado do Ceará, por ser o local do estabelecimento remetente e do início da prestação em ambos os casos, não havendo repasse a outros Estados.
- e) O diferencial de alíquotas sobre os móveis será recolhido a favor do Piauí, enquanto a prestação de transporte terá o imposto recolhido a favor do Rio Grande do Norte por ser um Estado intermediário.

**104.** Nos termos da Lei n.º 18.665/2023, que rege o ICMS no Estado do Ceará, assinale a alternativa correta a respeito da incidência e da apuração da base de cálculo do imposto nas operações de importação do exterior:

- a) A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a importação de derivados de petróleo e os valores referentes a direitos antidumping são encargos federais que não compõem a base de cálculo do ICMS estadual.
- b) Os gastos relativos à carga, descarga e manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, desde que ocorridos em território nacional após o momento do desembarço aduaneiro, devem ser somados à base de cálculo do imposto.
- c) O fato gerador do ICMS na importação considera-se ocorrido no momento da entrada física da mercadoria no estabelecimento do importador.
- d) Integram a base de cálculo do ICMS incidente na importação as parcelas correspondentes ao PIS/PASEP e à COFINS, bem como os valores referentes a diferenças complementares de peso, classificação fiscal e valor aduaneiro.
- e) O valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) apenas integrarão a base de cálculo do ICMS se a mercadoria importada for destinada à industrialização pelo adquirente cearense.

**105.** Com base na Lei n.º 18.665/2023, que dispõe sobre o ICMS no Estado do Ceará, analise as afirmativas abaixo a respeito das alíquotas aplicáveis nas operações internas:

- I. A alíquota do imposto para operações internas com joias e com álcool para quaisquer fins é de 25%, aplicando-se esse mesmo percentual quando o álcool for destinado ao uso como combustível.
- II. As operações internas com bebidas alcoólicas, armas e munições, fogos de artifício e cigarros sujeitam-se à alíquota de 28%.
- III. A alíquota de 28% incide sobre as operações com drones, aviões ultraleves e embarcações esportivas, não se estendendo, contudo, às suas respectivas partes e peças, que gozam de alíquota diversa.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**106.** O empresário Carlos é dono da Indústria de Laticínios Vaca Feliz, localizada no Ceará. Em um determinado mês, a empresa adquiriu insumos e embalagens tributados, creditando-se integralmente do ICMS destacado nas notas fiscais de entrada. Contudo, meses depois, o setor contábil identificou as seguintes situações com os itens adquiridos:

1. Parte das embalagens foi levada por Carlos para acondicionar objetos pessoais em sua residência.
2. Parte dos insumos foi integrada ao processo de industrialização de um novo produto cuja saída, de forma imprevisível na data da compra, tornou-se isenta do imposto.
3. Outra parte dos insumos foi utilizada na fabricação de mercadorias cuja operação de saída foi beneficiada com redução de base de cálculo.

De acordo com o Decreto n.º 33.327/2019, assinale a opção que indica a orientação correta sobre os créditos do ICMS apropriados na entrada pela Indústria Vaca Feliz:

- a) Carlos não precisará realizar nenhum estorno, pois o direito ao crédito se consolida no momento da entrada da mercadoria no estabelecimento, sendo irrelevante a destinação posterior.
- b) Deverá ser efetuado o estorno integral do ICMS de todas as três situações narradas, pois qualquer alteração na tributação da saída exige a anulação total do crédito.
- c) O estorno será exigido apenas para as embalagens levadas para uso pessoal, mantendo-se o crédito dos insumos, uma vez que estes foram efetivamente consumidos no processo industrial da empresa.
- d) Carlos deverá efetuar o estorno integral em relação às embalagens levadas para sua residência e aos insumos do produto isento, bem como o estorno proporcional em relação aos insumos do produto com base de cálculo reduzida.
- e) Deverá ser efetuado o estorno proporcional em relação a todas as situações, calculando-se o índice de estorno com base no faturamento total da indústria no respectivo mês.

**107.** A Indústria de Calçados Passos Firmes Ltda., localizada no Ceará, atua fortemente no mercado internacional. Ao final do semestre, a empresa acumulou um expressivo saldo credor de ICMS decorrente de suas exportações. O contador da indústria, Sr. Roberto, planeja utilizar esse saldo transferindo-o para a filial da empresa e também para um fornecedor terceirizado, ambos localizados no Estado do Ceará. Além disso, ao calcular a proporção das exportações sobre o total de saídas, Roberto orientou sua equipe a incluir no total de saídas gerais as remessas de máquinas do ativo imobilizado enviadas para conserto (operação não tributada) e os calçados devolvidos por clientes. Com base no Decreto n.º 33.327/2019, a conduta do contador está:

- a) totalmente correta, pois a legislação estadual permite a livre transferência de créditos de exportação para qualquer contribuinte e determina a inclusão de todas as saídas físicas no cálculo da proporção.
- b) totalmente incorreta, uma vez que o saldo credor de exportação só pode ser utilizado para abatimento do próprio imposto a recolher, sendo proibida a transferência para qualquer outro estabelecimento ou filial.
- c) parcialmente correta. Embora a intenção de transferir o saldo para a filial e para terceiros dentro do Estado seja autorizada legalmente (esta última condicionada à manifestação do Fisco), ele errou no cálculo da proporção, pois as devoluções de mercadorias e as saídas não tributadas de bens do ativo imobilizado devem ser excluídas do total de saídas.
- d) parcialmente correta, pois o cálculo da proporção foi feito corretamente ao incluir todas as saídas, entretanto, a transferência de saldo credor para outro contribuinte é expressamente vedada pela legislação estadual.
- e) parcialmente correta, pois a transferência de crédito de exportação para terceiros dispensa manifestação do Fisco em qualquer situação, mas

ele acertou ao incluir as devoluções no cálculo geral de saídas.

**108.** Com base nas disposições do Decreto n.º 33.327/2019, analise as afirmativas abaixo a respeito do requerimento de parcelamento de débitos do ICMS:

- I. O requerimento de parcelamento deve conter a confissão irretratável do débito, fato este que implica diretamente a interrupção do prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário.
- II. O pedido de parcelamento deve ser formulado presencialmente em uma das unidades de execução da Secretaria da Fazenda, mediante preenchimento de formulário impresso e assinado pelo contribuinte.
- III. A formalização do parcelamento resulta na renúncia prévia ou na desistência tácita de qualquer impugnação ou recurso, seja na esfera administrativa ou judicial, em relação ao valor constante do pedido.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

**109.** Os empresários Carlos e João decidiram abrir uma distribuidora de mercadorias no interior do Estado do Ceará. Ao solicitarem a inscrição da empresa no Cadastro Geral da Fazenda (CGF), o servidor da SEFAZ exigiu a apresentação de documentos que comprovassem a capacidade econômica e financeira dos sócios em relação ao capital declarado. Meses após a abertura, eles decidiram incluir um terceiro sócio na empresa. Carlos orientou João afirmando que, como a empresa já possuía a inscrição estadual ativa, não seria necessário atualizar os dados cadastrais, e que a SEFAZ não possuía competência legal para exigir nova comprovação de capacidade financeira devido a uma simples alteração do quadro societário. Considerando as regras da Lei n.º 18.665/2023, a orientação de Carlos está:

- a) totalmente correta, pois a SEFAZ só pode exigir a comprovação da capacidade econômica e financeira no momento da constituição inicial da empresa.
- b) parcialmente correta, pois embora eles devam atualizar os dados cadastrais da empresa, a legislação realmente proíbe o Fisco de exigir a comprovação de capacidade financeira durante a alteração do quadro societário.
- c) incorreta apenas em relação à atualização cadastral, uma vez que a exigência de preenchimento de requisitos específicos e comprovação de capacidade econômica aplica-se estritamente ao setor industrial.
- d) totalmente incorreta, uma vez que a alteração de dados declarados implica a necessidade de atualização, e a SEFAZ pode exigir a comprovação da capacidade econômica e financeira dos sócios inclusive quando houver alteração do quadro societário.
- e) parcialmente correta, pois a transferência, venda ou suspensão das atividades devem ser obrigatoriamente comunicadas à SEFAZ, mas a mera alteração societária é um ato de controle exclusivo da Junta Comercial.

**110.** Roberto atua como Auditor Fiscal da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda do Ceará. Em determinado mês, a sua coordenação estava distribuindo as ordens de serviço para o início de novas ações fiscais. Sabe-se que o irmão de Roberto atua como gerente da Loja Delta; que o primo de Roberto atua como titular da Comercial Gama; e que o sogro de Roberto atua como sócio da Indústria Beta. Levando em consideração as regras contadas na Lei n.º 18.665/2023 sobre o impedimento da autoridade fiscal, assinale a opção que indica corretamente a situação de Roberto:

- a) Roberto está impedido de fiscalizar a Loja Delta e a Indústria Beta, mas pode ser designado para fiscalizar a Comercial Gama, pois o parentesco com seu primo ultrapassa o grau de restrição legal.
- b) Roberto está impedido de fiscalizar a Comercial Gama e a Indústria Beta, mas pode fiscalizar a Loja Delta, uma vez que o impedimento não abrange o cargo de gerente ocupado por seu irmão.
- c) Roberto está impedido de fiscalizar as três empresas, visto que a legislação estadual proíbe a ação fiscal em empresas de parentes até o quarto grau, inclusive os afins.
- d) Roberto poderá fiscalizar a Indústria Beta, pois o impedimento legal abrange apenas os parentes consanguíneos, não se aplicando aos parentes por afinidade, como o seu sogro.
- e) Roberto está impedido de fiscalizar a Loja Delta e a Comercial Gama, mas está liberado para fiscalizar a Indústria Beta, pois a restrição para empresas com sócios aplica-se apenas ao próprio servidor ou seu cônjuge.

**111.** A Associação Cearense de Supermercadistas protocolou uma consulta formal perante a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, questionando a aplicação de uma nova regra sobre a base de cálculo do ICMS que afeta as operações de todo o setor varejista de alimentos. Após a análise do órgão competente, verificou-se que a solução da consulta envolvia uma questão juridicamente relevante, que ultrapassava o interesse subjetivo da associação e possuía inegável interesse geral para o comércio. A autoridade fazendária decidiu, então, atribuir efeitos normativos à resposta ofertada, na forma do regulamento. João, contador de um pequeno supermercado de bairro que não é filiado à referida associação, foi informado da resposta, mas orientou seu cliente de que não precisariam segui-la, pois não foram eles quem fizeram a pergunta. Considerando as diretrizes da Lei n.º 18.665/2023, a orientação do contador João está:

- a) correta, pois a legislação veda expressamente que entidades representativas formulem consultas com efeitos gerais, tornando a resposta nula de pleno direito para os não associados.
- b) correta, visto que os efeitos normativos atribuídos à resposta da consulta vinculam apenas os órgãos e autoridades fiscais, mantendo-se a liberdade de interpretação para os demais contribuintes não consulentes.
- c) incorreta, uma vez que a atribuição de efeitos normativos à resposta ofertada em casos de interesse geral vincula todos os contribuintes, bem como os órgãos e autoridades fiscais, não importando quem a formulou.
- d) incorreta, pois qualquer resposta a uma consulta tributária, independentemente de sua relevância jurídica ou abrangência, possui efeito normativo e vinculante para toda a sociedade desde a data de seu protocolo.
- e) correta, pois o efeito normativo gerado pela consulta formulada por uma entidade de classe restringe-se exclusivamente aos contribuintes formalmente associados àquela entidade representativa no momento do protocolo.

**112.** Acerca do direito à restituição e das regras complementares atinentes ao regime de substituição tributária estabelecidas pela Lei n.º 18.665/2023, assinale a alternativa correta:

- a) O Fisco possui a prerrogativa legal de exigir a complementação do ICMS caso a base de cálculo presumida seja inferior ao valor real de venda ao consumidor final, sendo autorizado, inclusive, a realizar a compensação de ofício do crédito complementar com valores a serem restituídos ao sujeito passivo.
- b) O direito à restituição do ICMS pago pelo fato gerador presumido que não se realizar deve ser formalizado de maneira cumulativa e simultânea por meio da emissão de documento fiscal e de requerimento formal direcionado ao Secretário da Fazenda.
- c) A legislação estadual proíbe expressamente que a emissão de um documento fiscal destinado ao aproveitamento interno como crédito fiscal seja utilizada como procedimento idôneo para a restituição do ICMS oriundo do fato gerador não realizado.
- d) O Fisco pode exigir a complementação do imposto devido, contudo, a norma de regência proíbe a compensação de ofício desse crédito tributário complementar com outras restituições solicitadas pelo mesmo contribuinte, devendo as cobranças ocorrerem separadamente.
- e) A restituição do ICMS pago a maior devido à diferença de preço não alcança os casos de substituição tributária progressiva, restringindo-se exclusivamente às situações de devolução de mercadorias para outras unidades da Federação.

**113.** Com base na Lei n.º 12.023/1992, que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará, analise as afirmativas abaixo a respeito das alíquotas aplicáveis aos veículos automotores:

- I. A alíquota do imposto exigida para as aeronaves e para os automóveis com potência de até 100cv é a mesma, fixada pela legislação estadual no patamar de 2,5%.
- II. As embarcações sujeitam-se a uma alíquota reduzida de 2,5%, equiparando-se ao tratamento tributário dispensado às aeronaves pelo legislador cearense.
- III. Os utilitários e as caminhonetes cuja potência seja de até 100cv submetem-se à mesma alíquota exigida para os automóveis dessa mesma faixa de potência, correspondendo a 2,5%.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**114.** Com base na Lei n.º 12.023/1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no Estado do Ceará, analise as afirmativas abaixo a respeito da responsabilidade tributária:

- I. O adquirente de um veículo automotor responde de forma subsidiária pelo pagamento do IPVA relativo aos exercícios anteriores que não tenha sido recolhido pelo antigo proprietário.
- II. O servidor público que efetuar a transferência de um veículo sem exigir a prova de pagamento do imposto ou do reconhecimento de sua isenção torna-se responsável solidário pelo respectivo recolhimento, bem como pelos acréscimos incidentes.
- III. A responsabilidade solidária estabelecida pela legislação do IPVA para o titular do domínio ou possuidor a qualquer título comporta o benefício de ordem, devendo o Fisco acionar primeiramente o proprietário original do veículo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**115.** Carlos comprou um carro zero quilômetro em uma concessionária de Fortaleza para utilizar em seus deslocamentos diários. Na mesma semana, a sua amiga Patrícia importou diretamente do exterior um automóvel usado para o seu próprio uso. Por fim, a empresa de comércio de veículos Importadora Global Ltda. trouxe um lote de carros novos do exterior e decidiu retirar um deles do estoque para incorporá-lo ao seu ativo permanente, visando utilizá-lo como veículo de serviço da diretoria. Considerando as regras sobre o momento do fato gerador do IPVA previstas na Lei n.º 12.023/1992, assinale a alternativa correta sobre as situações narradas:

- a) O fato gerador aplicável à Importadora Global Ltda. ocorreu no exato momento do desembarço aduaneiro do veículo, por se tratar de uma importação direta de mercadoria estrangeira.
- b) Em todos os três casos apresentados, por se tratarem de veículos sem registro anterior no Estado do Ceará, o fato gerador ocorrerá no dia da emissão do primeiro Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) no Detran.
- c) O fato gerador aplicável a Carlos ocorreu na data da aquisição do veículo novo, enquanto o imposto devido por Patrícia teve o seu fato gerador ocorrido na data do desembarço aduaneiro do automóvel importado.
- d) O imposto devido por Patrícia teve seu fato gerador materializado na data da compra do veículo no exterior, independentemente do momento em que ocorreu o desembarço na alfândega brasileira.
- e) O fato gerador do carro de Carlos ocorrerá apenas no dia 1.º de janeiro do exercício seguinte ao da sua compra na concessionária, garantindo-se a isenção no ano da aquisição.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA***Rafael Rocha (Caverna)*

**116.** A abertura da sucessão, momento que marca a ocorrência de um dos fatos geradores do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ocorre na data:

- a) da distribuição da petição inicial do inventário.
- b) da nomeação do inventariante.
- c) em que morreu o autor da herança.
- d) da lavratura do testamento.
- e) em que há a aceitação da herança.

**117.** Com base na lei estadual nº 15.812/2015, assinale a situação em que o imposto será devido ao CE.

- a) João, residente no CE, doa a nua-propriedade de um imóvel localizado em SE a seu irmão, residente no ES.
- b) João, residente em SC, doa o usufruto de cotas de capital social de uma empresa que é sócio, com sede no ES, a seu irmão, residente no CE.
- c) João, residente no CE, doa um veículo, licenciado no ES, a seu irmão, residente em PE.
- d) João, residente em PE, doa R\$ 100.000,00 de uma conta bancária sua a seu irmão, residente no CE.
- e) João, residente no CE, doa o usufruto relativo a um apartamento, localizado no MT, a seu irmão, residente em PE.

**118.** Com base na lei estadual nº 15.812/2015, qual das alternativas abaixo descreve corretamente a base de cálculo do ITCD?

- a) Na hipótese de instituição de usufruto, metade do valor do bem.
- b) Na doação da nua propriedade, 1/3 do valor do bem.
- c) Para ações negociadas em bolsa, a base de cálculo é a cotação de fechamento da Bolsa de Valores na data da transmissão, regredindo até 180 dias, se necessário.
- d) O valor venal do bem ou do direito transmitido será apurado na data da declaração ou da avaliação pelo Fisco Estadual.
- e) Para uma sociedade cujas participações não sejam negociadas em Bolsa, com capital integralizado há menos de cinco anos em bens imóveis, a base de cálculo é o valor patrimonial das referidas participações.

**119.** Com base na lei estadual nº 15.812/2015, quem é o contribuinte e qual é a base de cálculo na doação da nua propriedade um imóvel localizado em Fortaleza/CE, com valor venal de R\$ 200.000,00, considerando que o beneficiário é domiciliado em Aracaju/SE e o doador, no Paraná/PR ?

- a) Contribuinte: o doador; Base de cálculo: R\$ 100.000,00.
- b) Contribuinte: o donatário; Base de cálculo: R\$ 133.333,33.
- c) Contribuinte: o doador; Base de cálculo: R\$ 66.666,66.
- d) Contribuinte: o doador; Base de cálculo: R\$ 133.333,33.
- e) Contribuinte: o donatário; Base de cálculo: R\$ 66.666,66.

**120.** Considere a seguinte situação hipotética: Sérgio, residente e domiciliado no Ceará, doou ao filho Paulo, residente no Canadá, um rebanho com 2 mil cabeças de gado, o qual se encontra na Fazenda Riacho Doce, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse caso, o ITCD:

- a) não será devido, tendo em vista o donatário residir no exterior.
- b) é devido pelo donatário ao Estado do Ceará, onde reside o doador.
- c) é devido pelo doador ao Estado do Ceará, onde ele reside.
- d) é devido pelo doador ao Estado de Mato Grosso do Sul, onde está o rebanho.
- e) é devido pelo donatário ao Estado de Mato Grosso do Sul, onde está o rebanho.

## **CONTABILIDADE AVANÇADA**

*Júlio Cardozo*

**121.** De acordo com o CPC 18 (R3), em relação à influência significativa, é correto afirmar:

- a) a existência de influência significativa somente pode ser reconhecida quando o investidor detiver mais de 50% do poder de voto da investida.
- b) se o investidor mantiver, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa, salvo se for claramente demonstrado o contrário.
- c) a existência de outro investidor com participação majoritária impede, necessariamente, que os demais investidores tenham influência significativa.
- d) potenciais direitos de voto somente devem ser considerados na avaliação da influência significativa quando já tiverem sido efetivamente exercidos ou convertidos.
- e) a participação em operações materiais entre investidor e investida não constitui evidência de influência significativa.

**122.** A empresa Horizonte Industrial S.A. celebrou, em 31/12/2025, contrato de arrendamento de um equipamento utilizado em suas operações. A vida útil econômica estimada do equipamento é de 12 anos, sem valor residual.

O contrato prevê o pagamento de 6 prestações anuais, iguais e consecutivas, de R\$ 591.052, sendo a primeira em 31/12/2026. A taxa de juros implícita é de 5% ao ano.

Na data de início, o valor justo do equipamento era de R\$ 3.200.000 e o valor presente das prestações era de R\$ 3.000.000. Não houve pagamentos antecipados, custos diretos iniciais ou obrigações de desmontagem. Ao final do contrato, a propriedade do equipamento será transferida à empresa.

A Horizonte Industrial S.A. reconheceu:

- a) um passivo de arrendamento de R\$ 3.546.312, em 31/12/2025.
- b) um ativo de direito de uso de R\$ 3.200.000, em 31/12/2025.
- c) uma despesa de depreciação de R\$ 500.000, no resultado de 2026.
- d) um impacto negativo no resultado de 2026 de R\$ 400.000.
- e) um impacto negativo no resultado de 2026 de R\$ 591.052.

**123.** Considerando o que prevê o CPC 23, em relação à correção de erro de período anterior, é correto afirmar que:

- a) deve ser reconhecida no resultado do período em que o erro for descoberto.
- b) deve ser corrigida por reapresentação retrospectiva, salvo quando for impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo do erro.
- c) deve ser tratada como mudança de estimativa contábil, pois decorre de nova informação conhecida pela entidade.
- d) deve ser corrigida prospectivamente em todos os casos, a partir do período em que o erro for identificado.
- e) deve afetar diretamente o patrimônio líquido, sem necessidade de retificação das informações comparativas

**124.** A Cia. Alfa Norte adquiriu, em 31/12/2025, 80% das ações da Cia. Beta Sul por R\$ 9.200.000,00, à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Beta Sul era de R\$ 6.000.000,00, e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era de R\$ 10.000.000,00.

A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o Patrimônio Líquido contábil era decorrente da valorização de um imóvel.

O valor reconhecido na conta Investimentos, no Balanço Patrimonial individual da Cia. Alfa Norte, em 31/12/2025, foi, em reais:

- a) 9.200.000,00.
- b) 6.000.000,00.
- c) 10.000.000,00.
- d) 4.800.000,00.
- e) 8.000.000,00

**125.** De acordo com o CPC 12, quanto ao ajuste a valor presente, é correto afirmar:

- a) ativos e passivos fiscais diferidos devem ser ajustados a valor presente quando seus efeitos forem relevantes.
- b) empréstimos e financiamentos subsidiados de longo prazo, no Brasil, estão sujeitos ao ajuste a valor presente por taxas de mercado diversas daquelas pactuadas.
- c) os juros decorrentes do ajuste a valor presente de ativos e passivos devem ser apropriados ao resultado pelo método de juros efetivos, ao longo do período pertinente.
- d) nas operações comerciais com cliente que possuam componente de financiamento significativo, a receita de juros deve ser reconhecida integralmente no momento da venda.
- e) na aquisição de bens com componente de financiamento, os juros embutidos devem integrar o custo de aquisição do ativo.

**126.** A conta Aplicações Financeiras apresentava a seguinte composição no Balanço Patrimonial de uma empresa, publicado em 31/12/2025:

**Mensuração ao custo amortizado:** R\$ 150.000,00

**Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

Valor do custo amortizado: R\$ 120.000,00

Ajuste a valor justo: R\$ 6.000,00

**Valor total da conta Aplicações Financeiras:** R\$ 276.000,00

Os títulos mensurados ao custo amortizado remuneram à taxa de juros de 12% ao ano, enquanto os títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado remuneram à taxa de juros de 9% ao ano.

Os valores justos destes títulos, em 31/12/2026, eram os seguintes:

Categoria dos títulos	Valor justo em 31/12/2026
Mensuração ao custo amortizado	R\$ 172.000,00
Mensuração ao valor justo por meio do resultado	R\$ 138.500,00

O valor total que afetou o resultado da empresa em 2026, decorrente das duas aplicações, foi, em reais:

- a) 28.800,00.
- b) 29.340,00.
- c) 30.500,00.
- d) 31.000,00.
- e) 34.000,00

**127.** A Cia. Serra Azul recebeu do governo estadual um terreno avaliado em R\$ 1.800.000,00, assumindo o compromisso de construir, nessa propriedade, uma unidade industrial no valor de R\$ 20.000.000,00, com vida útil estimada em 12 anos.

O registro contábil inicial da subvenção deve ser débito em conta:

- a) de Imobilizado, pelo registro do terreno, e crédito em conta de Passivo, pela obrigação assumida em razão da subvenção recebida.

- b) de Ativo Intangível, pelo registro do terreno, e crédito em conta de Provisão para Contingências, pelo valor do terreno recebido.

- c) de Imobilizado, pelo registro do terreno, e crédito em conta de Patrimônio Líquido, pelo valor do terreno recebido.

- d) de Provisão para Contingência Ativa e crédito em conta de Passivo de Longo Prazo, pelo valor do terreno recebido.

- e) de Diferido, pelo registro do terreno, e crédito em conta de Reserva de Capital, pelo valor do terreno recebido.

**128.** A Cia. Sobral apresentava, em 31/12/2025, os seguintes saldos:

Valores a Receber de Clientes: R\$ 160.000,00

Perdas Estimadas com Clientes: R\$ 12.000,00

Durante 2026, ocorreram os eventos abaixo, nesta ordem:

- Créditos de clientes no valor de R\$ 15.000,00 foram considerados incobráveis.

- Do saldo remanescente, a empresa recebeu 80% em 2026, e o restante será recebido em 2027.

- As vendas a prazo de 2026, com vencimento após 31/12/2026, totalizaram R\$ 125.000,00.

- A empresa estimou perdas com clientes em 5% sobre o saldo de Valores a Receber em 31/12/2026.

No resultado de 2026, o valor total registrado de despesas com perdas de créditos foi:

- a) 3.000,00.
- b) 7.700,00.
- c) 10.700,00.
- d) 12.000,00.
- e) 15.000,00.

**129.** De acordo com o CPC 09, quanto às características das informações da Demonstração do Valor Adicionado — DVA, é correto afirmar:

- a) a DVA está fundamentada principalmente em conceitos contábeis e tem como objetivo principal evidenciar a capacidade de geração caixa da entidade.
- b) a DVA apresenta a parcela de contribuição da entidade na formação do Produto Interno Bruto, considerando o valor que a entidade agrega aos insumos adquiridos de terceiros.
- c) a DVA utiliza, para fins contábeis, o mesmo critério econômico de cálculo do PIB, baseado diretamente na produção do período.
- d) as diferenças entre o modelo econômico e o modelo contábil de apuração do valor adicionado aumentam quando inexitem estoques inicial e final.
- e) a DVA não fornece informações relevantes para investidores ou comunidades, pois sua utilidade está restrita à apuração do resultado líquido.

**130.** A empresa Horizonte Norte S.A. adquiriu um imóvel em 31/12/2025 e o classificou como propriedade para investimento. O imóvel foi adquirido da seguinte forma:

Entrada: R\$ 400.000

Parcela de R\$ 550.000, a ser paga em 31/12/2026.

Parcela de R\$ 605.000, a ser paga em 31/12/2027.

Adicionalmente, a empresa incorreu nos seguintes gastos:

Impostos e taxas para registro do imóvel: R\$ 30.000

Reformas necessárias para deixar o imóvel em condições de uso: R\$ 70.000

O imóvel possui vida útil econômica estimada de 40 anos, e a empresa definiu como política contábil o método do valor justo. Sabendo que, na data da aquisição, a taxa de juros compostos era de 10% ao ano, e que os valores justos do imóvel em 31/12/2026 e 31/12/2027 eram, respectivamente,

R\$ 1.450.000 e R\$ 1.380.000, a empresa Horizonte Norte S.A. reconheceu:

- a) um ganho de R\$ 150.000 no resultado de 2026.
- b) uma despesa de depreciação de R\$ 35.000 em 2026 e em 2027.
- c) um ativo no valor de R\$ 1.655.000 em 31/12/2025.
- d) um ativo no valor de R\$ 1.500.000 em 31/12/2025.
- e) um ativo no valor de R\$ 1.400.000 em 31/12/2025

**131.** A empresa Serra & Mar S.A. apresentou as seguintes informações referentes ao exercício de 2026, em reais:

Lucro líquido do período: R\$ 900.000

Distribuição de dividendos no período: R\$ 180.000

Aumento do capital social com reservas de lucro: R\$ 250.000

Ganhos na conversão de demonstrações contábeis de controlada no exterior: R\$ 120.000

Perdas atuariais em plano de benefício definido: R\$ 80.000

Perdas no ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de tributos: R\$ 150.000

Ágio na emissão de ações: R\$ 60.000

O resultado abrangente total apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente de 2026 foi, em reais:

- a) 610.000.
- b) 790.000.
- c) 850.000.
- d) 970.000.
- e) 1.030.000.

**132.** Em 1º/9/2026, a empresa Fortaleza S/A realizou uma venda a prazo para um cliente no exterior, no valor total de US\$ 150.000,00.

Sabendo que a taxa de câmbio em 1º/9/2026 era R\$ 5,00/US\$, em 30/9/2026 era R\$ 5,30/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de setembro de 2026 foi R\$ 5,15/US\$, a empresa reconheceu no resultado do mês de setembro de 2026:

- Receita de vendas de R\$ 750.000,00, apenas.
- Receita de vendas de R\$ 795.000,00, apenas.
- Receita de vendas de R\$ 772.500,00 e receita financeira de R\$ 22.500,00.
- Receita de vendas de R\$ 750.000,00 e receita financeira de R\$ 45.000,00.
- Receita de vendas de R\$ 772.500,00, apenas.

### CONTABILIDADE DE CUSTOS

*Silvio Sande*

**133.** A Cia. Ceará, ao analisar os custos do seu único produto, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
<b>Custo X</b>	20.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 120.000,00
	30.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 180.000,00
	40.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 240.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
<b>Custo Y</b>	20.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 120.000,00
	30.000 unidades	R\$ 4,00	R\$ 120.000,00
	40.000 unidades	R\$ 3,00	R\$ 120.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos X e Y são, em relação ao volume de produção, respectivamente,

- variável e variável.
- indireto e variável.
- variável e fixo.
- fixo e variável.
- fixo e indireto.

**134.** O departamento Gama da Empresa Picos S.A. possui um custo indireto de R\$ 15.000.000,00. Precisa distribuí-lo para três produtos: X, Y e Z por horas/máquinas. A empresa apurou os seguintes dados para o custeio:

	X	Y	Z
Matéria-prima aplicada	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
MOD Aplicada	R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00
Horas máquinas utilizadas	3.000 hm	2.000 hm	1.000 hm

Dessa forma, é correto afirmar que os produtos X, Y e Z receberão, respectivamente, de custo indireto:

- R\$ 7.500.000,00, R\$ 5.000.000,00 e R\$ 2.500.000,00
- R\$ 5.000.000,00, R\$ 5.000.000,00 e R\$ 5.500.000,00
- R\$ 2.500.000,00, R\$ 7.500.000,00 e R\$ 5.000.000,00
- R\$ 4.500.000,00, R\$ 1.500.000,00 e R\$ 9.000.000,00
- R\$ 5.000.000,00, R\$ 2.500.000,00 e R\$ 7.500.000,00

**135.** Com base nos dados abaixo, o custo dos produtos acabados é de

Estoque Inicial de Matéria-Prima .....	100.000,00
Compras de Matéria-Prima .....	500.000,00
Estoque Final de Matéria-Prima .....	250.000,00
Mão de obra direta do período.....	120.000,00
Custos indiretos de fabricação do período .....	230.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Processo .....	400.000,00
Estoque Final de Produtos em Processo .....	200.000,00
Estoque Inicial de Produtos Acabados .....	300.000,00

- 300.000
- 500.000.
- 700.000
- 900.000.
- 1.000.000.

**136.** A empresa S2 produz um único produto e para produzir integralmente 10.000 unidades deste produto incorreu nos seguintes gastos durante o mês de dezembro de 2024:

Custos fixos: R\$ 60.000,00/mês

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 20,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 10,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 36.000,00/mês

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões sobre venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a venda: 10% da receita de vendas

Quantidade vendida: 8.000 unidades

Sabendo que a empresa S2 utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi

- a) R\$ 13,00.
- b) R\$ 30,00.
- c) R\$ 34,00.
- d) R\$ 36,00.
- e) R\$ 40,00.

**137.** A Cia. Fortaleza iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2025. Incorreu, no exercício, nos seguintes custos e despesas operacionais:

– Custos Fixos: R\$ 300.000,00;

– Custos Variáveis: R\$ 50,00 por unidade produzida;

– Despesas Operacionais Fixas: R\$ 120.000,00;

– Despesas Operacionais Variáveis: R\$ 20,00 por unidade vendida.

A companhia fabricou, em 2025, 10.000 unidades do produto Y, das quais 90% foram vendidas nesse período, ao preço unitário de R\$ 150,00.

A diferença entre os lucros antes do imposto de renda obtida através do custeio por absorção e variável da Cia Fortaleza, será de:

- a) R\$ 30.000,00.
- b) R\$ 50.000,00.
- c) R\$ 60.000,00.
- d) R\$ 70.000,00.
- e) R\$ 80.000,00.

**138.** Uma loja produz e vende relógios. Em janeiro de X1, a empresa produziu 6.000 unidades de relógios, a um custo total de R\$160.000. O preço de venda de cada relógio é R\$50,00, e o custo unitário variável é de R\$10,00. Assinale a alternativa que indique o Ponto de Equilíbrio Contábil em Vendas em Reais.

- a) R\$ 80.000
- b) R\$ 90.000
- c) R\$ 100.000
- d) R\$120.000
- e) R\$125.000

**139.** A indústria SS Ltda produz e vende 100 carrocerias para caminhão por mês. Cada carroceria é vendida por R\$ 50.000,00, com os seguintes custos de produção:

- Variáveis = R\$ 31.000,00 / unidade
- Gastos Fixos (Custos + Despesas) = R\$ 1.520.000,00 / mês

Na última reunião do conselho, ficou determinado que a indústria SS Ltda reduziria em 10% seus gastos fixos. Com base nessas informações e na nova política de redução de custos, qual seria a nova margem de segurança?

- a) 20%
- b) 22%
- c) 24%
- d) 26%
- e) 28%

**140.** Determinada indústria incorreu nos seguintes gastos para produzir seu único produto:

Custos fixos: R\$ 100.000,00

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 20,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 10,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 50.000,00

Despesas variáveis: R\$ 3,00/unidade

Comissões de venda: 2% do preço de venda

Informações sobre a venda do produto:

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas

Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 180.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- a) 6.000
- b) 5.000
- c) 2.100
- d) 2.625
- e) 2.728

## FLUÊNCIA DE DADOS

*Renato da Costa*

**141.** Sobre a Hierarquia da Informação: Considere a hierarquia composta por Dado, Informação, Conhecimento, Inteligência e Sabedoria. Qual alternativa descreve corretamente a transição de 'Informação' para 'Conhecimento'?

- a) A transformação ocorre puramente pela automação via algoritmos preditivos.
- b) O conhecimento demanda análise, avaliação sobre confiabilidade, relevância e contexto, sendo uma habilidade intrinsecamente humana.
- c) O conhecimento é estático e não sofre mutações após sua formação.

d) A inteligência é um pré-requisito técnico para a existência da informação.

e) A informação passa a ser conhecimento apenas quando é armazenada em banco de dados relacional.

**142.** Dados Estruturados vs. Semi-estruturados: Qual a principal característica que diferencia o uso de XML/JSON (semi-estruturados) em relação a um banco de dados relacional (estruturado) na arquitetura de dados de uma SEFAZ?

- a) A obrigatoriedade de um esquema (schema) rígido e fixo antes da inserção dos dados.
- b) A ausência total de qualquer forma de organização ou tags descritivas.
- c) A flexibilidade de representar hierarquias e estruturas de dados aninhadas, dispensando um modelo de colunas fixas predefinido.
- d) A performance superior para consultas analíticas complexas via SQL, superando os data warehouses tradicionais.
- e) A impossibilidade de representar relações entre elementos de dados.

**143.** Processo de ETL (Extração, Transformação e Carga): Em uma pipeline de dados voltada para um Data Warehouse, a fase de Transformação é crítica. Qual das seguintes atividades não pertence estritamente a essa etapa?

- a) Remoção de registros duplicados e tratamento de valores faltantes (imputação).
- b) Aplicação de regras de negócio para converter formatos de moedas ou unidades.
- c) A coleta física dos arquivos brutos diretamente do servidor de origem.
- d) Anonimização de dados sensíveis para atender às normas de proteção e conformidade.
- e) Padronização de formatos de datas, códigos e categorias antes da carga no destino.

**144.** Metodologia CRISP-DM: No ciclo de vida de projetos de Ciência de Dados via metodologia CRISP-DM, em qual fase ocorre a definição das variáveis de entrada e a aplicação de técnicas de limpeza que antecedem a modelagem?

- a) Compreensão do negócio.
- b) Compreensão dos dados.
- c) Preparação dos dados.
- d) Avaliação.
- e) Implantação.

**145.** OLAP - Drill-Down e Drill-Up: Um analista está observando um dashboard de arrecadação de ICMS por Estado. Ele clica em 'São Paulo' e o sistema expande os dados para mostrar a arrecadação por 'Município'. Que operação analítica foi realizada?

- a) Drill-up (ou Roll-up).
- b) Data Mining preditivo.
- c) Drill-down.
- d) Slice and Dice multidimensional.
- e) ETL incremental.

**146.** Big Data e os 5 Vs: Considerando os desafios do Big Data, qual 'V' representa a necessidade de filtrar, limpar e garantir que os dados não possuam erros ou enviesamentos que comprometam a decisão estratégica?

- a) Velocidade.
- b) Veracidade.
- c) Volume.
- d) Variedade.
- e) Valor.

**147.** Data Warehouse, Datamart e ODS: Sobre a diferença entre Data Warehouse (DW) e Datamart, assinale a correta:

- a) O Datamart é sempre maior e mais complexo que o DW.
- b) O ODS (Operational Data Store) é utilizado para consultas históricas de longo prazo, substituindo o DW.
- c) O Datamart é um subconjunto temático do DW, focado em uma área de negócio específica (ex: Marketing ou Fiscal).
- d) O DW é um sistema de transação (OLTP) focado apenas na inserção rápida de dados, sem preocupação com análise.
- e) O Datamart é usado exclusivamente para armazenar dados não estruturados, como imagens e vídeos.

**148.** Ao comparar bancos de dados relacionais (SQL) com bancos de dados não relacionais (NoSQL), qual das alternativas abaixo descreve uma vantagem típica da arquitetura NoSQL em cenários de Big Data?

- a) A obrigatoriedade de normalização de dados para reduzir a redundância em tabelas.
- b) O suporte nativo a Joins complexos entre múltiplas coleções de grandes volumes.
- c) A facilidade de escalabilidade vertical, permitindo aumentar a capacidade de um único servidor indefinidamente.
- d) A flexibilidade de esquema (schema-less), que permite armazenar dados semiestruturados sem a necessidade de definições rígidas prévias.
- e) A priorização estrita das propriedades ACID em detrimento de qualquer outro ganho de desempenho.

**149.** No contexto de sistemas de informação, os termos "Integridade" e "Consistência" frequentemente aparecem, mas possuem significados distintos dependendo se estamos tratando dos pilares da Segurança da Informação (CID) ou das propriedades de transações em bancos de dados (ACID). Sobre esses conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) O pilar da Integridade na Segurança da Informação (CID) refere-se especificamente à garantia de que uma transação bancária seja "tudo ou nada" (atomicidade), evitando saldos parciais em caso de falhas.
- b) A propriedade de Consistência no conceito ACID é um sinônimo exato do pilar de Integridade da tríade CID, pois ambos garantem que os dados não sejam alterados por usuários não autorizados.
- c) Enquanto a Integridade (CID) preocupa-se com a proteção da informação contra modificações não autorizadas ou acidentais, a Consistência (ACID) assegura que o banco de dados transite de um estado válido para outro estado válido, respeitando regras de negócio e restrições predefinidas.
- d) O conceito de "Integridade" no modelo CID e "Consistência" no modelo ACID são tecnicamente intercambiáveis, sendo ambos responsáveis pela confidencialidade dos dados armazenados em servidores de nuvem.
- e) O pilar de Integridade (CID) é focado exclusivamente em garantir que o sistema de banco de dados suporte alta concorrência de usuários, algo que é o objetivo principal da propriedade de Isolamento no ACID.

**150.** Imagine que você está projetando uma nova aplicação e precisa escolher o tipo de banco de dados NoSQL mais adequado para cada cenário. Qual das alternativas abaixo associa corretamente o modelo de banco de dados à sua característica principal e um uso comum?

- a) Chave-Valor: Armazena dados em estruturas hierárquicas complexas (JSON/XML) e é ideal para catálogos de produtos com atributos variáveis.

- b) Orientado a Documentos: Foca na simplicidade extrema, onde cada valor é acessado por uma chave única, sendo excelente para sessões de usuários e carrinhos de compras.

- c) Orientado a Grafos: Foca nos relacionamentos entre os dados (nós e arestas), sendo a escolha ideal para redes sociais e sistemas de recomendação.

- d) Família de Colunas: Armazena os dados em documentos JSON binários e é o modelo mais utilizado para sistemas de cadastro de clientes simples.

- e) Chave-Valor: Utiliza vértices e arestas para representar a profundidade de amizades em uma rede social de alta performance.

## FINANÇAS PÚBLICAS

*Celso Natale*

**151.** No estudo das finanças públicas e da atuação do Estado na economia, considerando-se a natureza dos bens econômicos e as falhas que justificam a intervenção governamental, é correto afirmar que

- a) os bens públicos puros caracterizam-se pela rivalidade no consumo e pela possibilidade de exclusão, razão pela qual o mercado tende a ofertá-los em quantidade socialmente ótima.
- b) uma externalidade negativa de produção conduz, na ausência de intervenção, a uma quantidade de equilíbrio de mercado superior àquela socialmente eficiente, pois o agente privado não internaliza os custos impostos a terceiros.
- c) os bens meritórios (ou semipúblicos) dispensam qualquer atuação estatal, dado que a livre iniciativa, por meio do sistema de preços, assegura sua provisão no nível desejado pela coletividade.
- d) o problema do carona (free rider) decorre exclusivamente da rivalidade no consumo dos bens públicos, sendo irrelevante a característica da não exclusão para a sua configuração.
- e) as externalidades positivas geram, no equilíbrio de mercado, uma sobreoferta do bem, uma vez que os benefícios sociais marginais excedem os benefícios privados marginais percebidos pelos agentes.

**152.** A respeito das funções fiscais do Estado e dos objetivos da política fiscal, segundo a tradicional sistematização musgraviana, analise as afirmações abaixo:

- I. A função alocativa atua quando o mecanismo de mercado, por si só, não é capaz de prover eficientemente determinados bens, cabendo ao Estado corrigir tal falha, como na oferta de bens públicos.
- II. A função distributiva volta-se ao ajuste da distribuição de renda e riqueza tida como socialmente justa, podendo ser operacionalizada por meio de transferências, tributação progressiva e subsídios.
- III. A função estabilizadora tem por finalidade exclusiva a redistribuição regional de recursos entre as unidades federativas, valendo-se para tanto de instrumentos de política monetária e cambial.
- IV. As três funções são, na prática, plenamente independentes entre si, de modo que uma medida adotada no âmbito de uma delas jamais produz efeitos sobre as demais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

**153.** A evolução do papel do Estado na economia, desde a concepção liberal clássica até o Estado contemporâneo, permite afirmar que

- a) na visão clássica (liberal), atribuíam-se ao Estado amplo protagonismo na produção direta de bens e na condução anticíclica da economia, em consonância com o ideário do "Estado mínimo".
- b) a denominada função estabilizadora ganhou destaque teórico sobretudo a partir da contribuição keynesiana, que passou a admitir a intervenção do Estado para atuar sobre o nível de demanda agregada, emprego e preços.
- c) o pensamento clássico defendia que, diante de crises de insuficiência de demanda, o Estado deveria expandir seus gastos de forma deliberada, antecipando a teoria do multiplicador fiscal.
- d) a transição do Estado liberal para o Estado de bem-estar social implicou a redução progressiva da participação do gasto público no PIB ao longo do século XX, conforme constatado empiricamente na maioria dos países.
- e) a função alocativa é um produto exclusivo do Estado intervencionista do pós-guerra, inexistindo qualquer previsão de provisão pública de bens na concepção do Estado liberal clássico.

**154.** No âmbito da apuração das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), o resultado primário é obtido a partir do resultado nominal mediante a

- a) adição dos juros nominais apropriados sobre a dívida líquida.
- b) exclusão dos juros nominais apropriados sobre a dívida líquida.
- c) exclusão tão somente da atualização monetária da dívida.
- d) adição das receitas de senhoriagem do período.
- e) exclusão das receitas decorrentes de privatizações.

**155.** Considere os dados hipotéticos a seguir, apurados para determinado ente público ao final de um exercício (em R\$ milhões):

Componente	Valor
Receita primária (não financeira)	850
Despesa primária (não financeira)	920
Juros nominais líquidos incidentes sobre a dívida	180

Com base nesses dados, o ente apresentou

- a) déficit primário de R\$ 70 e superávit nominal de R\$ 250.
- b) déficit primário de R\$ 70 e déficit nominal de R\$ 250.
- c) superávit primário de R\$ 70 e déficit nominal de R\$ 110.
- d) déficit primário de R\$ 250 e déficit nominal de R\$ 70.
- e) déficit primário e déficit nominal ambos de R\$ 250.

**156.** Sobre o conceito de déficit público, suas formas de financiamento e a apuração do resultado fiscal, é correto afirmar:

- a) O déficit público pode ser financiado por emissão monetária, colocação de títulos da dívida ou uso de reservas, sendo a primeira via potencialmente geradora de pressões inflacionárias.
- b) O conceito "acima da linha" apura a necessidade de financiamento do setor público pela variação do estoque da dívida líquida.
- c) No Brasil, o Banco Central apura o resultado fiscal preferencialmente pela ótica das receitas e despesas, isto é, "acima da linha".
- d) O resultado nominal expurga integralmente os efeitos dos juros incidentes sobre a dívida pública.
- e) A obtenção de superávit primário é sempre suficiente para reduzir o estoque nominal da dívida pública no período.

**157.** O denominado peso morto (perda de eficiência) gerado pela tributação sobre um bem tende a ser

- a) tanto maior quanto menores forem as elasticidades-preço da oferta e da demanda do bem tributado.
- b) nulo sempre que o imposto for do tipo ad valorem, independentemente das elasticidades envolvidas.
- c) tanto maior quanto maiores forem as elasticidades-preço da oferta e da demanda do bem tributado.
- d) integralmente eliminado pela adoção de um imposto sobre o valor adicionado.
- e) independente das elasticidades, dependendo apenas da magnitude da alíquota aplicada.

**158.** Em um mercado de determinado bem, as funções de oferta e de demanda são dadas, respectivamente, por:

$$\text{Oferta: } P = 20 + Q$$

$$\text{Demanda: } P = 80 - Q$$

(em que P é o preço em reais e Q a quantidade)

O governo institui um imposto específico (por unidade) de R\$ 12, cobrado dos produtores. Após a incidência do tributo, a quantidade de equilíbrio passa a ser

- a) 30 unidades, sendo o imposto suportado integralmente pelos consumidores.
- b) 24 unidades, repartindo-se o ônus do imposto igualmente entre consumidores e produtores.
- c) 24 unidades, sendo o imposto suportado integralmente pelos produtores.
- d) 30 unidades, repartindo-se o ônus do imposto igualmente entre consumidores e produtores.
- e) 36 unidades, sendo o imposto suportado integralmente pelos consumidores.

**159.** Quanto à classificação e à natureza dos tributos, é correto afirmar que

- a) a contribuição de melhoria tem como fato gerador a prestação de serviço público específico e divisível posto à disposição do contribuinte.
- b) a taxa pode ser cobrada em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviço público específico e divisível.
- c) o imposto caracteriza-se por ter sua arrecadação vinculada a uma contraprestação estatal específica ao contribuinte.
- d) o imposto específico (unitário) é aquele calculado como percentual sobre o valor da operação.
- e) o imposto ad valorem é cobrado em quantia fixa por unidade física do bem.

**160.** A regra de Ramsey, no campo da tributação ótima sobre mercadorias, e suas implicações sobre a equidade ensejam as seguintes considerações:

- I. A regra preconiza que as alíquotas devem ser fixadas de modo inversamente proporcional às elasticidades-preço de demanda dos bens, minimizando a perda de eficiência para uma dada arrecadação.
- II. A aplicação estrita da regra tende a produzir um sistema regressivo, pois bens de demanda mais inelástica — frequentemente essenciais e com peso maior no orçamento das famílias pobres — seriam mais tributados.
- III. O critério do benefício e o critério da capacidade contributiva constituem fundamentos idênticos de equidade, conduzindo sempre à mesma estrutura de alíquotas.
- IV. O conflito entre eficiência e equidade revela-se na regra de Ramsey, já que a estrutura mais eficiente do ponto de vista alocativo não é necessariamente a mais equitativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II e IV.

## Questão Dissertativa

A responsabilidade tributária por sucessão comercial, regulada pelo Código Tributário Nacional (CTN), impõe regras estritas para a aquisição de fundo de comércio. A lei define a extensão da obrigação do adquirente e prevê exceções protetivas em cenários de alienação judicial e falência.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Explique a regra geral de responsabilização tributária do adquirente de fundo de comércio, diferenciando as hipóteses de responsabilidade integral e de responsabilidade subsidiária.
2. Esclareça a regra de exclusão da responsabilidade tributária por sucessão nas hipóteses de alienação judicial ocorridas em processos de falência ou de recuperação judicial.
3. Identifique as exceções legais expressas em que, mesmo diante de uma alienação judicial, o adquirente permanecerá responsável pelos tributos do alienante.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Estudo de Caso 1

A empresa "Tech Inovações S.A." atua no desenvolvimento e na comercialização de "softwares". Recentemente, a entidade realizou três operações distintas. Primeiramente, vendeu um lote de licenças de programas de computador para o cliente Marcos, que efetuou o respectivo pagamento, mas solicitou que os acessos fossem disponibilizados diretamente para a filial de sua empresa, localizada no Estado da Bahia. Em um segundo momento, a "Tech Inovações S.A." adquiriu equipamentos de informática para a sua equipe e creditou-se dos impostos incidentes na aquisição. Meses depois, a companhia decidiu distribuir parte desses computadores como dividendos "in natura" para os seus acionistas, que são pessoas físicas não contribuintes. Paralelamente, o diretor da empresa, Carlos, que atua na condição de contribuinte em suas atividades particulares de consultoria, comprou um automóvel de luxo para o uso exclusivo de sua família. Após um ano, Carlos vendeu o carro para um vizinho.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Analise a operação de venda das licenças para Marcos em relação à identificação dos sujeitos envolvidos e ao destino federativo da arrecadação.
2. Avalie a distribuição de computadores aos acionistas sob a ótica da hipótese de incidência do novo sistema tributário.
3. Determine se a venda do automóvel particular por Carlos configura hipótese de incidência dos tributos sobre o consumo.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Estudo de Caso 2

A empresa "Logística Rápida S.A." protocolou uma consulta tributária formal, com a descrição exata e completa dos fatos e antes do vencimento da obrigação, questionando a correta aplicação da alíquota sobre um novo serviço de transporte de cargas. Três semanas depois, ainda sem resposta da consulta, um auditor fiscal comparece ao estabelecimento e inicia um procedimento fiscal para cobrar os tributos exatamente sobre esse novo serviço. Durante a mesma fiscalização, o auditor identifica três caminhões recém-adquiridos operando no pátio da entidade, os quais não constam nos registros contábeis do período fiscalizado. Com base nessa constatação, o Fisco presume a omissão de receita. Por fim, o auditor lavra um auto de infração aplicando uma multa de ofício de 150% (cento e cinquenta por cento), alegando reincidência por uma autuação de sonegação ocorrida no ano de 2024. Contudo, a referida autuação do ano de 2024 já havia sido anulada por decisão judicial transitada em julgado.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Avalie a conduta do auditor fiscal ao iniciar o procedimento de cobrança sobre o novo serviço de transporte enquanto a consulta tributária estava pendente de resposta.
2. Analise a descoberta dos caminhões não contabilizados sob a ótica das presunções legais de omissão de receita e do ônus da prova.
3. Julgue a validade do percentual da multa de ofício aplicada, considerando o histórico de infrações da empresa e as regras de reincidência.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>